

**Nº15 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 26 de julho
de 2018. -----**

No dia vinte e seis dias do mês de julho do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e três de julho de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, em virtude de se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ RIBEIRO. -----

O Presidente da Câmara deu início à reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Reunião de trabalho na CIM - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que no dia de hoje, pelas 11:00, terá lugar uma reunião de trabalho, a qual contará com a participação da Senhora Secretaria de Estado do Turismo e da Senhora Secretária de Estado do Ensino Superior e, bem assim, dos representantes do sector de hotelaria e do Instituto Politécnico de Bragança. -----

Da ordem do dia da referida reunião tem como tema central a avaliação dos problemas do interior do País e a ponderação das respostas possíveis, em vista ao desenvolvimento do Alto Tâmega. -----

b) Ação de formação de combate à iliteracia da população - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, no pretérito dia 12.07.2018, Chaves foi palco de uma ação de formação destinada ao combate à iliteracia financeira da população. -----

Tal projeto esta a ser desenvolvido no norte do País, envolvendo os Municípios, no combate à iliteracia financeira da população, sendo o mesmo contextualizado, no âmbito do plano nacional de formação financeira, denominado, "Todos contam". -----

c) Campeonato Nacional em Salto e Comprimento - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, congratulou-se com o feito desportivo alcançado, pelo jovem flaviense, Ivo Tavares, sagrando-se o mesmo vice-campeão nacional de salto e comprimento, no campeonato de Portugal de pista coberta, realizado, no passado fim de semana, no Expocentro de Pombal.

d) Aquae Flaviae Night Running - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, congratulou-se com o sucesso alcançado com a quarta edição da prova "Night Running", a qual decorreu, no passado sábado, percorrendo as ruas da cidade de Chaves ao anoitecer, contando com mais de 1100 participantes na corrida, de 13 Km, e na caminhada, de 7 Km. -----

e) Trofeu Ibérico de Supermoto - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, congratulou-se com o feito desportivo alcançado, ilustre flaviense, Nuno Pinto, tendo o mesmo conquistado o 2 lugar na 1ª Prova do Trofeu Ibérico de Supermoto, realizada no circuito As Pontes, em Espanha. -----

e) Grande Premio de Portugal Nacional 2 - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota do facto de já estar na EN2 o pelotão do Grande Prémio de Portugal Nacional 2. -----

A primeira etapa partiu pelas 11:30 horas, do dia 18.07.2018, do Km 0, em Chaves, contando com mais de 20 equipas, nacionais e internacionais, com mais de 150 atletas. -----

f) Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota do facto do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, ter recebido, no passado domingo, a visita da prestigiada arquiteta japonesa, Kazuyo Sejima, vencedora do prémio internacional de arquitetura Pritzker 2010. -----

g) 7 Maravilhas à Mesa - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, deu nota que se encontra em fase de votação, no âmbito do concurso, "7 Maravilhas à Mesa", a candidatura da gastronomia flaviense, diga-se, inigualável, perdurando na memória de que a prova. -----

h) Orçamento Participativo - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota do início de um novo ciclo do Orçamento Participativo (OP) através do qual os flavienses terão a oportunidade de participar, escolhendo o destino de parte dos investimentos públicos. -----
O primeiro dia para a apresentação de propostas será o próximo dia 01 de agosto. -----

i) Festival de Musica Nacional 2 - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização, nos próximos dias 09, 10, 11 e 12 de agosto, no Jardim Público de Chaves e área adjacente à beira Rio, do festival N2, uma iniciativa promovida pela autarquia. -----

j) Museu das Termas Romanas - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização, no dia de ontem, de uma sessão de esclarecimento, sobre o projeto relacionado com o Museu das Termas Romanas, na qual foi possível ponderar as soluções técnicas desenvolvidas, pelo Arq. Responsável e pelo LNEC, tendo em vista garantir a adequada funcionalidade do Museu. -----

Neste contexto, foram abordadas algumas das questões mais complexas, sobre a matéria, contando, tal sessão, com a participação de muitos flavienses. -----

À partida estarão, agora, reunidas, as condições técnicas indispensáveis ao bom desenvolvimento do projeto, na defesa do património histórico do Concelho e da sua promoção turística. -----

l) Projeto "PIM" promovido pela empresa GFW - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota das dificuldades existentes na gestão do projeto promovido pela empresa GFW, atendendo, sobretudo, à resposta dada, sobre a matéria, pela entidade gestora da candidatura, consubstanciada na não prorrogação dos seus efeitos. -----

Tal cenário, a confirmar-se, pode vir a determinar a extinção dos efeitos dos contratos celebrados, entre a autarquia e a aludida empresa. -----

III - AUSÊNCIA DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES, À REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO PRETÉRITO DIA 12/07/2018. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, para solicitar a justificação da sua falta à reunião do Executivo, realizada, no pretérito dia 12.07.2018. -----
Tal ausência deveu-se, exclusivamente, ao facto de, nesse dia, ter sido sujeito a diversos exames médicos. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

IV - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, iniciando a sua intervenção, no sentido de se associar aos votos de congratulação, anteriormente, exarados, pelo Senhor Presidente da Câmara, acompanhando, simultaneamente, as preocupações evidenciadas relativamente ao projeto protagonizado, pela empresa GFW, projeto esse de relevante interesse para o desenvolvimento do Concelho. -----

Sequencialmente, a Vereadora Interveniente, passou a abordar a situação dos cuidados de Saúde, no Concelho de Chaves, tendo, sobre a matéria, tecido os seguintes comentários: -----

1 - O tema da saúde, é um tema recorrente, sendo certo que a qualidade dos serviços de saúde não tem registado quaisquer melhorias. -----

2 - Recentemente, veio a ser publicado um comunicado, sobrescrito, pelos Presidentes das Câmaras Municipais de Chaves, Vila Real e Lamego, combatendo o encerramento de camas hospitalares, sendo certo que, tal encerramento, acabou por ocorrer. -----

3 - Os serviços de saúde, no Concelho de Chaves e na região do Alto Tâmega, vêm, progressivamente, evidenciando grande degradação. -----

4 - Esta matéria, diga-se, da maior importância, deve merecer o desenvolvimento de diligências, por parte da autarquia, que tenham notório sucesso. -----

5 - O Senhor Presidente da Câmara, poderá contar com o Partido Social Democrata, em vista ao desenvolvimento de tais diligências, sendo certo que este dossiê não deve ser partidarizado. -----

6 - O Senhor Presidente da Câmara comprometeu-se a prestar, com a periodicidade trimestral, uma informação, à Câmara Municipal, sobre as iniciativas desenvolvidas, tendo em vista o melhoramento dos cuidados de saúde no Concelho de Chaves. -----

7 - Quais as diligências que já foram tomadas sobre a matéria? Que resultados foram obtidos? -----

8 - O Hospital de Chaves tem, cada vez mais, espaços vazios, como consequência direta e necessária da deslocação de serviços de saúde para o Hospital de Vila Real. -----

9 - O Hospital de Chaves está, manifestamente, subaproveitado, impondo-se o desenvolvimento de medidas que tenham consequências

práticas na defesa dos serviços de saúde prestados às populações locais. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - As preocupações, anteriormente, evidenciadas, pela Senhora Deputada e Vereadora desta Câmara, estão, seguramente, relacionadas com o facto de estarmos na antecâmara das eleições legislativas. ----

2 - A Senhora Deputada, desempenhando tais funções há quase 7 anos, não teve, até à data, nenhuma conquista relevante, no domínio da saúde e com projeção positiva para o Concelho de Chaves. -----

3 - As decisões, no âmbito do Sector da Saúde, não são da responsabilidade municipal, estando as mesmas confiadas ao Governo. -

4 - Partilha das preocupações evidenciadas, pela Vereadora do PSD, quanto à perda progressiva de intervenção do Hospital de Chaves. ----

5 - Todavia, as soluções, exclusivamente, circunscritas à palavra não têm dado bom resultado, tendo em vista a melhoria efetiva dos serviços de saúde do Concelho. -----

6 - Dever-se-á salientar que as camas hospitalares, recentemente, encerradas, no Hospital de Chaves, já foram reabertas, na semana passada, tendo sido reposta, nessa matéria, a normalidade do funcionamento do Hospital de Chaves quanto à sua capacidade operacional. -----

7 - A estratégia de atuação que deverá ser desenvolvida, sobre a matéria, passa pela recolha sistemática de informação, sobre o estado do sector da saúde, no Alto Tâmega, fazendo chegar, tal informação, à tutela, sendo, em tal sede, evidenciado o facto do atual estado de funcionamento dos serviços de saúde ser, manifestamente, comprometedor do princípio da igualdade e do acesso tendencialmente gratuito dos cidadãos do Alto Tâmega, no âmbito da prestação de tais serviços públicos essenciais. -----

8 - Não colocando em causa algumas políticas públicas centralizadoras da prestação de serviços de saúde mais exigentes, é sua convicção que os serviços de saúde devem estar mais próximos, em geral, das populações beneficiárias de tais serviços. -----

9 - Não há nenhum compromisso autárquico correlacionado com a área de intervenção da saúde, partindo do pressuposto que tal responsabilidade é da exclusiva competência do Governo, sem prejuízo da Autarquia acompanhar e manifestar a sua preocupação, relativamente à melhoria dos serviços de saúde do Concelho e do Alto Tâmega. -----

De seguida, usou da palavra, a Senhora Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - A resposta dada, pelo Senhor Presidente, no âmbito da matéria objeto de apreciação, é incoerente: por um lado desenvolve os seus argumentos, associando-os às eleições legislativas; por outro lado, reconhece que os serviços de saúde prestados, pelo Hospital de Chaves, estão em risco. -----

2 - Na sua qualidade de Vereadora e Deputada, é sua convicção que tem de ser dada voz a esta preocupação, centrada na degradação permanente dos serviços de saúde prestados, no Concelho de Chaves, atitude que nada tem a ver com as eleições legislativas, mas sim, com a defesa das populações locais e sem pretender, com esta, fazer qualquer currículo.

3 - O testemunho dos profissionais e os utentes do Hospital de Chaves são a prova provada do desagrado quanto às condições de funcionamento

do Hospital de Chaves, sendo certo que tal realidade não pode ser desvalorizada. -----

4 - Quanto às suas conquistas, no âmbito das suas funções como Deputada, lembrou ao Senhor Presidente da Câmara a sua intervenção, no sentido da manutenção dos serviços de medicina legal, no Concelho.

5 - A competência, em matéria de saúde, não sendo da Câmara Municipal, também não pode ser atribuída à Assembleia da República, sendo certo que tal Órgão de soberania, de natureza deliberativa e fiscalizadora, limita-se a exercer os seus poderes de fiscalização da ação do Governo, poderes esses que vem exercendo, na sua qualidade de Deputada. -----

6 - A administração local deve ter uma capacidade mais interventiva e mais musculada, na área da saúde, desenvolvendo ações mais concertadas, tendo em vista a obtenção de resultados mais satisfatórios. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - A energia verbal e discursiva que a Senhora Vereadora Manuela Tender tem evidenciado a nível autárquico deverá ser canalizada para o desempenho do cargo de Deputada da nação, pois é ao nível da Assembleia da República que deverá fazer valer o seu poder de convencimento, junto dos seus pares, em particular daqueles que integram a bancada do PSD. -----

2 - O centro de decisão quanto à matéria da saúde é da Assembleia da República e do Governo, pelo que deverão ser esses Órgãos de Soberania os destinatários da sua insistente retórica. -----

3 - Ao nível local estão a ser desenvolvidas todas as diligências e ações políticas, que ao nível municipal, quer ao nível da CIM do Alto Tâmega, que permitam convencer o Governo da necessidade imperiosa de reforçar a capacidade de resposta do Hospital de Chaves. -----

V - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, no sentido de apresentar, na generalidade, as condições de acesso ao Festival N2, sendo certo, que a proposta final, sobre a matéria, será agendada, para análise e votação, deste Executivo, em sede da sua próxima reunião ordinária. -----

Neste contexto, deu nota das condições genéricas que irão ser praticadas (preços), na venda de bilhetes, para o dito festival, condições essas que irão ser, antecipadamente, divulgadas, junto do público. -----

Tais condições de acesso ao Festival N2, mereceram acolhimento por parte do Executivo Municipal. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 12 de julho de 2018. -----

Atendendo à ausência de quórum deliberativo, considerando a posição de abstenção dos Srs. Vereadores Eng.ª Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. João Carlos Alves Neves e Dr.ª Maria Manuela Pereira Tender, a ata, em causa, deverá ser submetida a aprovação, em sede de próxima reunião ordinária do Executivo Municipal. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE AGRELA DE ERVEDEDO. PROPOSTA N.º 55/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedente -----

1. Considerando que a Associação Cultural e Recreativa de Agrela de Ervededo, veio solicitar a colaboração deste Município, centrada na cedência, a título de comodato, do prédio abaixo identificado - ponto nº 2 - a fim de que a mesma se sirva dele para a instalação da respetiva sede; -----

2. Considerando que o prédio sito na Calçada Carmelina, Agrela, freguesia de Ervededo, concelho de Chaves, se encontra inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1188º, de natureza urbana, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 302/19910415; -----

3. Considerando que o Município de Chaves não tem, nem se prevê, a médio prazo, que venha a ter, necessidade do mesmo; -----

4. Considerando que a necessidade, por parte da Associação requerente, de ocupar o referido prédio se relaciona directamente com o desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e recreativo, as quais constituem uma mais-valia para o enriquecimento dos munícipes;

5. Considerando que o comodato é o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa móvel ou imóvel para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o disposto no art. 1129º e ss, do Código Civil; -----

6. Considerando que a coisa comodatada ou emprestada deve ser aplicada ao fim a que se destina, sendo, nessa justa medida, vedado ao comodatário fazer dela o uso imprudente ou proporcionar a terceiros a sua utilização sem autorização do comodante, no caso, Município de Chaves; -----

7. Considerando, por último, que existe interesse mútuo na resolução deste problema, em benefício da população em geral deste Concelho e da região. -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Considerando que, nos termos do disposto na alínea f) e k), do n.º 2, do artigo 23º, ao Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 14 de Setembro, os Municípios dispõe de atribuições no domínio cultural e recreativo;

2. Considerando que, nos termos do disposto na alín. u), do nº 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a celebração do contrato de comodato entre o Município de Chaves e a Associação Cultural e Recreativa de Agrela de Ervededo, tendo como objeto o prédio sito na Calçada Carmelina, Agrela, freguesia de Ervededo, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1188º, de natureza urbana, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 302/19910415, e para o fim em vista, conforme matriz do contrato de comodato, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias, que segue em anexo à presente proposta; -----

b) Para o efeito, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima reunião do executivo, em conformidade com o disposto na alín. u), do n.º 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com vista à aprovação da mesma, legitimando simultaneamente o Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado contrato de comodato; -----

c) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Associação Cultural e Recreativa de Agrela de Ervededo, através da emissão da competente notificação. -----

Chaves, 17 de julho de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----

Em anexo: - A referida minuta de contrato de comodato; -----

- O respetivo processo administrativo. -----

MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE MUNICÍPIO DE CHAVES E ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE AGRELA DE ERVEDEDO -----

Entre -----

O Município de Chaves, pessoa coletiva número 501 205 551, com sede no Largo de Camões da cidade de Chaves, representado neste ato pelo Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, e com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, devidamente autorizado por deliberação camarária de ____ de _____ de 2018. -----

e -----

A Associação Cultural e Recreativa de Agrela de Ervededo, NPC 503198552, com sede na Avenida Carmelina de Barros Moura, n.º 1, 5400-627 Agrela de Ervededo, representada neste ato pelo Presidente da Direção da Associação, _____, e adiante designado por segundo outorgante ou comodatário, devidamente autorizado por deliberação de ____ de _____ de 2018. -----

É celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----

(Identificação do Imóvel) -----

O primeiro outorgante é proprietário do imóvel sito na Calçada Carmelina, Agrela, freguesia de Ervededo, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1188º, de natureza urbana, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 302/19910415. -----

Cláusula 2ª -----

(Objeto) -----

Considerando que o primeiro outorgante não tem, nem se prevê a médio prazo, que venha a ter, necessidade daquele imóvel, e que o segundo outorgante dele necessita para seu uso, o primeiro entrega o mesmo ao segundo, a fim de que este se sirva dele para a instalação da respectiva sede, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 1135º do Código Civil, com a obrigação de o restituir assim que o primeiro outorgante o exija. -----

Cláusula 3ª -----

(Das Obrigações do Comodatário) -----

O segundo outorgante fica obrigado, para além do cumprimento das obrigações previstas no art. 1135º, do Código Civil, a fazer um uso prudente e cuidado do identificado imóvel, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----

- a) Manter e restituir o imóvel em bom estado de conservação, ressalvadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi cedido; -----
- b) Promover a expensas suas todas as obras de conservação ordinária que se mostrem indispensáveis à adequada utilização do imóvel; -----
- c) Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento, designadamente, pagamento das taxas e consumos de água, eletricidade e outros da mesma natureza; -----
- d) Disponibilizar o imóvel, a solicitação do Primeiro Outorgante, para a realização de eventos de interesse público municipal, nomeadamente, para a realização de atos eleitorais e/ou referendos, coordenados pela Comissão Nacional de Eleições. -----

Cláusula 4ª -----

(Benfeitorias) -----

1. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo segundo outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

2. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito de receber do primeiro outorgante, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

Cláusula 5ª -----

(Prazo de Vigência) -----

1.0 presente contrato tem a duração de 10 anos, renovável por igual período de tempo, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes. -----

2.0 exercício do direito de denúncia, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de receção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data do termo do presente contrato, incluindo as sucessivas renovações, e ou da produção dos efeitos da denúncia. -----

3. Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o presente contrato nos termos do art. 1140º, do Código Civil.

Cláusula 6ª -----

(Resolução e caducidade do Contrato) -----

1. É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento no incumprimento das obrigações do segundo outorgante, previstas na cláusula 3ª. -----

2. A resolução do contrato por parte do primeiro outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja, de acordo com o disposto nos artigos 432º a 436º do Código Civil, nomeadamente mediante declaração à outra parte. -----

Cláusula 7ª -----

(Entrada em Vigor) -----
 O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura.
 Cláusula 8ª -----

(Disposição final) -----
 Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente
 contrato, observar-se-á o disposto no art. 1129º e seguintes do Código
 Civil. -----

O presente contrato é elaborado em duplicado, sendo um dos exemplares
 para cada um dos outorgantes. -----

Assim o outorgaram. -----

Chaves, ____ de ____ de 2018 -----

O primeiro Outorgante: -----

O segundo Outorgante: -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a
 proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-
 se. -----

2.2. RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO "A VOZ DA JUVENTUDE"; - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL. PROPOSTA 57/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se
 transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes -----

1. Considerando que o prédio sito na Rua Dr. Júlio Martins,
 freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Chaves, se encontra
 inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2078º, a favor do Município
 de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves
 com o n.º 1671/20090402, da referida freguesia; -----

2. Considerando que, na sequência de procedimento prévio de
 contratação, veio a ser celebrado com a associação "A Voz da
 Juventude", no dia 18/02/2013, um contrato de comodato, tendo como
 objeto a cedência do imóvel supra identificado; -----

3. Considerando que, na sequência da deliberação tomada pelo
 executivo municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia
 14 de junho de 2018, veio a ser determinada a resolução do contrato
 de comodato celebrado com a retromencionada associação, de forma
 unilateral e com justa causa; -----

4. Considerando que a associação "A Voz da Juventude" foi notificada
 de tal decisão, bem como da obrigação de restituir o imóvel até ao dia
 31 de julho de 2018; -----

5. Considerando que, na sequência da notificação supra referida, a
 associação "A Voz da Juventude", não contestando a decisão de resolução
 do comodato, veio requerer a prorrogação do prazo determinado para a
 entrega do imóvel, até ao próximo dia 30 de setembro de 2018; -----

6. Considerando que, para o efeito, a referida associação invoca
 que a associação tem em curso atividades associadas às férias de verão
 e que envolvem cerca de 100 crianças e jovens; -----

7. Considerando que a devolução do imóvel até ao dia 31 de julho de
 2018, de acordo com o exposto pela requerente, irá comprometer a
 realização das atividades, em causa, ficando igualmente comprometidas
 as crianças envolvidas e respetivas famílias, que contam com o apoio
 da associação durante a interrupção letiva associada às férias de
 verão; -----

8. Considerando que as razões invocadas pela associação são justificadoras da prorrogação do prazo, inicialmente concedido, até ao dia 17 de setembro de 2018, findo o qual deverá o prédio, em causa, ser restituído ao Município de Chaves, nos termos constantes da deliberação tomada pelo órgão executivo municipal no dia 14 de junho de 2018. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerências com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

- a) Autorizar a prorrogação do prazo determinado para a devolução do prédio sito na Rua Dr. Júlio Martins, freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2078º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1671/20090402, por parte da associação "A Voz da Juventude", até ao dia 17 de setembro de 2018¹, mantendo-se inalterada, em tudo o resto, a deliberação tomada pelo órgão executivo municipal no dia 14 de junho de 2018 e consubstanciada na resolução do contrato de comodato celebrado com a referida associação, tendo como objeto o imóvel supra identificado; -----
 - b) Sequencialmente, notificar a associação "A Voz da Juventude" da decisão que vier a ser tomada, pelo órgão executivo municipal, sobre o presente assunto. -----
- Chaves, 23 de julho de 2018. -----
O Presidente da Câmara -----
(Nuno Vaz) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo manifestado a sua posição de abstenção, no âmbito da tomada de decisão, sobre este assunto, considerando que o motivo de extinção dos efeitos do contrato de comodato estava relacionado com o uso indevido dado ao respetivo espaço. -----

Assim, embora se congratule com a entrega do edifício, não se revê na decisão consubstanciada na prorrogação do prazo concedido à associação, em vista à devolução do imóvel. -----

De seguida, usou da palavra, a Senhora Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo tecido os seguintes comentários: -----

- 1 - Irá votar, favoravelmente, a aprovação da proposta, em apreciação, reiterando, no entanto, a posição dos Vereadores do PSD, inicialmente, vertida, sobre a matéria. -----
- 2 - De facto, é sua convicção que a decisão de extinção do comodato deveria ter sido praticada, tendo como pressuposto a prévia apresentação, pela associação comodataria, de relatório sobre as atividades desenvolvidas e sobre o adequado cumprimento do contrato de comodato. -----
- 3 - Não se revê na falta de flexibilidade inerente à proposta, inicialmente, apresentada, sobre a matéria, neste Executivo. -----

¹ A data, ora proposta, foi consensualizada entre as partes após a entrada do requerimento da associação "A Voz da Juventude". -----

De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - A sua postura e intervenção, nesta Câmara, pauta-se por princípios.

2 - Os serviços prestados, pela associação comodatária, são, inquestionavelmente, serviços de qualidade, quer para as famílias, quer para as crianças beneficiárias. -----

3 - Fica a aguardar a utilidade que este Executivo irá dar ao imóvel, em causa. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Sem prejuízo do mérito da decisão tomada, consubstanciada na resolução do contrato de comodato celebrado com a "Voz da Juventude" e que tinha por escopo a instanciação no Edifício do Antigo Magistério Primário, por razões de paz social e de não perturbação da estabilidade familiar das crianças inscritas nas atividades desportivas de verão promovidas por tal Associação, entende que é de atender, em parte, o pedido de entrega, de tal imóvel na data posterior à fixada na respetiva deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves e a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. 17.º CONCENTRAÇÃO MOTARD" - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS - REQ: CLUBE DE MOTARD DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 108/STL/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

Considerando que a Associação denominada "Clube de Motard de Chaves", com sede na Escola Primaria do Campo de Cima, Rua D. Jerónimo de Ataíde, n.º 96, Campo de Cima, União das freguesias da Madalena e Samaiões, concelho de Chaves veio, através de requerimento solicitar autorização para a realização dos eventos denominados "17.º CONCENTRAÇÃO MOTARD", a realizar Na Alameda da Galinheira, nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2018; -----

Considerando que, no aludido requerimento, o "Clube de Motard de Chaves" solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes; -----

Considerando que a Associação em causa tem um carácter cultural, recreativo, formativo, desportivo e social, conforme decorre dos

respetivos Estatutos, documento cujo teor integral se anexa ao presente Despacho; -----

Considerando que a matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: --

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias."; -----

Considerando, ainda, que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

Considerando que a requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: -----

- Documento comprovativo da natureza jurídica; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social; -----
- Declaração de não dívida à Autoridade Tributária; -----

Considerando que, de acordo com a informação prestada pela Divisão de Gestão Financeira, a Associação em causa não tem dívidas perante o Município de Chaves, documento cujo teor integral se anexa; -----

Considerando, assim, que se encontram reunidos os pressupostos legais para a interessada poder beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos nºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o valor das taxas administrativas associadas à emissão da licença especial de ruído para o fim em vista, ascendem ao montante de € 205,45 (Duzentos e Cinco Euros e Quarenta e Cinco Cêntimos);-----

II - Da Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, sugere-se que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do Órgão Executivo Camarário, em vista à adoção de deliberação consubstanciada na autorização de ocupação do espaço do domínio público sito na Avenida junto ao rio que vai da Madalena à Ponte de S. Roque para a realização da atividade denominada "17.º Concentração de Motard", a ter lugar na Avª da Galinheira, nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2018; -----

b) Simultaneamente, autorizar a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor de €262.15 (Duzentos e sessenta e dois euros e quinze cêntimos), de acordo com o disposto no nº 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

c) Sequencialmente, que seja notificada a requerente do teor integral da decisão administrativa que vier a ser tomada sobre a matéria, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo; -----

d) A deliberação que vier a ser tomada, deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções de taxas concedidas pela Autarquia Local. -----
Chaves, 16 de julho de 2018 -----
A Assistente Técnica, -----
Maria Manuela -----

Em anexo: Os referidos documentos. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.07.20-----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.07.20-----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES ENTRE A DIREÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES E O MUNICÍPIO DE CHAVES - ANO LETIVO 2016/2017- RETIFICAÇÃO DO CABIMENTO. INFORMAÇÃO N° 120/SE N°61/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da Informação N°37/SE N°23/2017, presente na reunião de Câmara de 28 de abril de 2017, foi celebrado o protocolo com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e o Município de Chaves, para o fornecimento de refeições aos alunos que frequentavam a Escola Básica nº1 (Santo Amaro), Escola Básica nº3 (EB1 e JI do Caneiro) e Escola Básica nº5 (Casas dos Montes), para o ano letivo 2016/2017; -----

Considerando que através da referida informação foi calculado o encargo com a referida despesa no valor de 50.998,69€, IVA Incluído à taxa de 13%; -----

Considerando que após o pagamento das faturas referentes ao ano letivo 2016/2017, o Setor de Aprovisionamento, da Divisão de Gestão Financeira, alertou que o valor cabimentado não seria suficiente para cobrir o total das despesas previstas nas referidas faturas; -----

Considerando que o referido encargo foi calculado de acordo com os dados disponibilizados pelos referidos estabelecimentos de ensino, referente ao número de alunos do 1º ciclo e da educação pré-escolar, que pretendiam utilizar o serviço de refeições durante o ano letivo 2016/2017 e de acordo com o seu posicionamento em matéria de ação social escolar; -----

Considerando que o protocolo estabelecido entre a DGEde e o Município de Chaves para o Fornecimento de Refeições Escolares a crianças da Educação Pré-escolar / alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, referente ao ano letivo 2016/2017, referia que "As verbas recebidas pelos

agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, inerentes ao pagamento das refeições encomendadas são entregues, pelos mesmos, diretamente à DGEstE.", de acordo com o nº4, da clausula segunda, do referido protocolo. -----

Considerando que no mapa dos dados apurados - da plataforma REVVASE- e no que respeita aos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 2016 e janeiro de 2017, verificou-se que o valor pago pelos alunos não foi descontado nas respetivas faturas, sendo referido que o "Acordo estabelecido prevê envio de verba para a Câmara Municipal, 4.604,23€ referente ao valor recebido dos alunos que utilizavam o refeitório da escola básica Dr. Francisco Gonçalves Carneiro e 6.576,11€ referente ao valor recebido dos alunos que utilizavam o refeitório da Escola Secundária Dr. António Granjo, num total de 11.180,34€, mencionando os referidos mapas "valor a transferir para a autarquia pela UO (extraorçamental), o que contraria o previsto no protocolo. -----

Considerando que esta situação já foi objeto de um pedido de esclarecimentos, junto da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, via ofício*, no sentido de informar, o Município, sobre a forma como o referido valor deu entrada no município de Chaves; -----

Considerando que face a esta situação é necessário proceder à emissão de um adicional aos documentos contabilísticos já emitidos, para suportar o pagamento integral das refeições fornecidas através do protocolo celebrado com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e o Município de Chaves, no que respeita ao ano letivo 2016/2017, no valor de 7.564,09€. -----

Assim e face ao exposto, tomo a liberdade de propor a V. Exa. o seguinte: -----

1. O envio da presente proposta à Secção de Aprovisionamento, para que a mesma possa iniciar os processos competentes, tendentes à adoção das medidas preventivas em cumprimento do LCPA. -----

2. Caso esta proposta mereça concordância, mais se propõe que a mesma seja autorizada pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, e presente à próxima reunião de Câmara, para deliberação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 13 de julho de 2018 -----

A Técnica Superior, -----

Lídia Pinto -----

*Cópia do ofício remetido à DGEstE -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.07.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. REQUERENTE: RAÚL SANTOS DIOGO - ADÃES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº120/SHSDPC/N.º59/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.07.10. -----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.16-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.07.18-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DE CARÁTER CULTURAL. BANDAS MÚSICAIS. PROPOSTA N.º 45/GAP/2018.

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Da Exposição de Motivos -----

1 - Considerando que existem, sedeadas no nosso concelho, diversas entidades que, desenvolvem atividades no âmbito da promoção e divulgação da música, em especial da música tradicional portuguesa;-

2 - Considerando que tais atividades constituem um contributo e uma mais-valia para o enriquecimento cultural dos munícipes; -----

3 - Considerando que é sua finalidade última a promoção recreativa e cultural de tradições seculares no Município; -----

4 - Considerando que é parte integrante de um desenvolvimento que se quer sustentado o reforço de animação social e cultural da população concelhia; -----

5 - Considerando que as ações propostas pelas diversas entidades musicais existentes no nosso concelho são potenciadoras de uma dinâmica social mobilizadora e, em simultâneo, geradoras de fortes laços de ligação entre as diversas freguesias do concelho; -----

6 - Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não tem por si só, meios capazes de concretizarem as atividades que se propõem desenvolver de uma forma eficaz e catalisadora do esforço humano nelas despendidas; -----

7 - Considerando que esta é também uma forma de descentralizar competências atribuindo maior protagonismo e envolvendo de forma mais vinculada a comunidade civil; -----

9 - Considerando que o apoio à entidade em referência se enquadra no Regulamento de apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

10 - Considerando que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente

existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. -----

11 - Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º-B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º- A do CCP; -----

12 - No cumprimento do Artigo 290º- A do CCP é designado gestor do contrato, o Adjunto do Presidente da Câmara, Júlio Alves, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Apoiar financeiramente as entidades constantes do aludido quadro sinóptico em anexo, os montantes também aí consignados com vista a permitir que as mesmas possam desenvolver, em prol de comunidade as ações e iniciativas a que se propõem; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário dever-se-á promover a devida publicação de tal liberalidade e para o fim em vista em jornal local e em boletim municipal, tudo isto no estrito cumprimento da Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

c) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às referidas entidades peticionárias; -----

d) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das seguintes rubricas: 04.07.01.01 e 08.07.01.99; -----

f) Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 21 de junho de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

Quadro Sinótico

Anexo à Proposta Nº 45/GAP/2018

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica	Finalidade	Obs:
Banda Musical "Os Pardais"	3.500,00	08.07.01.99	Aquisição de instrumentos musicais	
Banda Musical de Loivos	1.500,00	04.07.01.01	Produção de CD	
Associação Recreativa e Cultural da Torre de Ervededo	2.800,00	04.07.01.01	Apoio ao Plano de Atividades 2018	A Associação assumirá a titularidade do contrato de fornecimento de energia com o CIL 0067663264

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADE DESPORTIVA. PROPOSTA Nº 58/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação -----

Considerando as solicitações de apoio financeiro, para o ano de 2018, efetuada ao Município, pela entidade sedeadada no concelho de Chaves, a seguir identificada: -----

Associação Desportiva Flaviense, NIPC 501 699 422, com sede na Fonte do Leite, em Chaves, concelho de Chaves, solicita o apoio da autarquia, na concretização das atividades calendarizadas no Plano de Atividades da época 2017/2018. -----

O valor proposto, constante no quadro sinótico anexo, implica, obrigatoriamente, que o pagamento da energia elétrica do campo de futebol seja efetuado pela Associação Desportiva Flaviense. -----

Considerando que o apoio financeiro solicitado tem em vista a concretização de atividades e ações de caráter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para os jovens, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico; -----

Considerando que este clube é promotor de atividades desportivas e recreativas, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que esta entidade desportiva em muito contribui para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas; -----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; -----

Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP; -----

No cumprimento do Artigo 290º. A do CCP é designado gestor do contrato, o Adjunto do Presidente da Câmara, Júlio Alves, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Que seja apoiada a instituição constante do mapa anexo, com o valor nele especificado; -----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Associação, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento; -----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n° 64/2013, de 27 de agosto; -----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27°. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação do contrato-programa que vier a ser celebrado; -----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através das seguintes rubricas: -----
08.07.01.06 e 04.07.01.02; -----

e) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

f) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----
Chaves, 20 de julho de 2018. -----

O Presidente da Câmara -----

(Nuno Vaz) -----

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018; -----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão n°....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de -----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2018, foi aprovada a **Proposta n° 58/GAP/2018, consubstanciada na participação financeira a Associações/Entidades de caráter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2018;** -----

Nos termos dos artigos 46° e 47°, da Lei n° 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n° 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do n°2, do art. 23°, e na alínea u) do n°1 do Artigo 33°, ambos do Anexo I, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----

(Objeto) -----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2018, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª -----

(Período de execução do contrato) -----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2018. -----

Cláusula 3ª -----

(Comparticipação financeira) -----

1. A comparticipação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de €. (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado. -----

2. O Município de Chaves concede, ainda, -----

Cláusula 4ª -----

(Disponibilização financeira) -----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o -----

Cláusula 5ª -----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱ -----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro. -----

2. O, para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa. -----

Cláusula 6ª -----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto) -----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da comparticipação financeira. -----

Cláusula 7ª -----

(Gestão do Contrato) -----

Para efeitos do disposto no n.º 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o, por deliberação de, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização. -----

Cláusula 8ª -----

(Produção de efeitos) -----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018. -----

Cláusula 9ª -----

(Entrada em vigor) -----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro. -----

Cláusula 10ª -----

(Publicação)

Nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia. -----
 Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes. -----
 Chaves, ... de de 2018. -----
 O Presidente da Câmara Municipal, -----
 Nuno Vaz -----
 O Presidente do, -----
)

Em Anexo:

- Plano Anual de Atividades de 2018; -----
- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social; -----
- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada; -----
- Cópia dos respetivos Estatutos; -----
- Documento comprovativo da sua legal constituição; -----
- Cópia do NIPC; -----
- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes. -----

Quadro Sinótico
Anexo à Proposta Nº 58/GAP/18

Apoio Financeiro	Classificação Económica	Obs:
22.500,00	04.07.01.02	Plano Atividades
2.500,00	08.07.01.06	Beneficiação dos Balneários do Equipamento Desportivo

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL PARA REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS TEATRAIS DE RUA NA CIDADE DE CHAVES. PROPOSTA Nº 59/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - JUSTIFICAÇÃO

1. A Cooperativa Cultural, Teatro Experimental Flaviense, com o NIPC 501 477 721, com sede no Largo do Monumento - Ed. Nova York, em Chaves, veio através de proposta, registado nos serviços municipais no dia 13 de julho, de 2018, sob o número 6381, solicitar apoio financeiro para a realização de atividades culturais no ano de 2018.-----
2. O TEF - Teatro Experimental Flaviense, CRL, desenvolve uma performance cultural que vai da animação, ocupação de tempos livres e várias atividades específicas para jovens como ateliês e estágios para estudantes, exibição regular de cinema, publicação de uma revista literária a "Teatrando". Desenvolveu ainda projetos especiais como: a realização da "Hora do Conto" em todos os estabelecimentos de ensino básico dos concelhos da região do Alto Tâmega, espetáculos para a sensibilização sobre a manutenção da floresta e a prevenção de incêndios, o desfile Romano na cidade de Chaves e em Espinho e o

projeto TALIA com a montagem da lenda flaviense "Maria Mantela" e a participação a convite do Governo Civil de Vila Real na Campanha de prevenção sobre segurança e divulgação do património. Como eventos marcantes promove a **Feira da Cultura do Mundo Rural** no Jardim Público de Chaves, sendo este ano a VI edição, também os concertos para cá do Marão estão já enraizados e com uma imagem de marca na música em Chaves.-----

3. A Cooperativa Cultural, Teatro Experimental Flaviense fundamenta o seu pedido para apoio ao contrato de desenvolvimento cultural com o plano de atividades de 2018;-----

4. A Cooperativa Cultural, Teatro Experimental Flaviense pretende dar continuidade ao esforço que tem vindo a fazer, a fim de proporcionar à cidade de Chaves programas culturais de qualidade, através da programação de espetáculos de teatro e outros de índole própria. Prova disso, é a intenção da realização de espetáculos de teatro de rua, durante o mês de agosto, de produção própria, que incluem atores e artistas locais.-----

5. Os municípios dispõem de atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, em conformidade com o disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

2 - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO:-----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e ao abrigo do disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de:-----

a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural com a Cooperativa Cultural, Teatro Experimental Flaviense, com o NIPC 501 477 721, com sede no Largo do Monumento - Ed. Nova York, em Chaves titulando a comparticipação financeira da programação do contrato de desenvolvimento cultural em 2018, mediante a atribuição de um apoio, no valor global de €15.634,00, isento de IVA,, concretizando os objetivos constantes do contrato de Desenvolvimento Cultural;-----

b) Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, cujo teor se dá por integralmente reproduzido; -----

c) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

i) promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

ii) dar conhecimento à entidade interessada do teor da decisão tomada;

d) A presente proposta tem cobertura na rubrica orçamental 04.07.01.01. -----

Chaves, 20 de julho de 2018-----

O Presidente da Câmara Municipal-----

(Nuno Vaz Ribeiro)-----

Anexos:-----

- Plano de Atividades para 2018;-----

- Estatutos;-----

- Minuta do contrato Programa;-----

MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL-----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, licenciado em Direito, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018; -----

E -----

Segundo: **COOPERATIVA CULTURAL, TEATRO EXPERIMENTAL FLAVIENSE**, com o NIPC 501 477 721, com sede no Largo do Monumento - Ed. Nova York, em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Direção, Rufino Augusto Martins, titular do Cartão de Cidadão nº 02891445 7ZX6, válido até 18-06-2028.-----

 Considerando que, por deliberação camarária de .../.../201..., foi aprovada a **Proposta nº xx/ 2018, consubstanciada na atribuição de comparticipação financeira, referente ao ano económico de 2018;** -----

A celebração do presente Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, rege-se de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª-----

(Objeto)-----

1. Constitui objeto do presente contrato o apoio financeiro - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento Cultural, que a **COOPERATIVA CULTURAL, TEATRO EXPERIMENTAL FLAVIENSE** apresentou a este Município, referente ao ano de 2018, na prática de atividades culturais, da formação e da divulgação cultural, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa, que contempla, no mínimo, a realização de quatro espetáculos teatrais ao ar livre.-----

Cláusula 2ª-----

(Período de execução do contrato)-----

O programa de atividades culturais titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no ano de 2018.-----

Cláusula 3ª-----

(Comparticipação financeira e demais apoios municipais)-----

1. A comparticipação financeira, de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves à **COOPERATIVA CULTURAL, TEATRO EXPERIMENTAL FLAVIENSE** é de **15 634,00 €** (quinze mil seiscientos e trinta e quatro euros), nos termos do Programa de Atividades, oportunamente, apresentado. -----

2. A liquidação do subsídio em causa será feita em duas vezes, uma com a assinatura do presente contrato no valor de 10.000 € (Dez Mil Euros) e a outra no final de agosto no valor de 5.634 € (Cinco Mil, Seiscientos e Trinta e Quatro Euros)-----

Cláusula 4ª-----

(Disponibilização financeira)-----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município à **COOPERATIVA CULTURAL, TEATRO EXPERIMENTAL FLAVIENSE** será liquidada através de transferência bancária para o IBAN PT50 0007 000003403700125 23.-----

Cláusula 5ª-----

(Enquadramento legal)-----

1. O presente contrato fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do

D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos;-----

2. De acordo com a alínea c), do n.º4, do artigo 5 do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente contrato programa não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos;-----

3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato a técnica superior do município de Chaves, Dra. Paula Cristina Veloso. -----

Cláusula 6ª-----

(Obrigação da transparência)-----

1.O segundo outorgante deve dar cumprimento às seguintes obrigações essenciais:-----

a) Apresentação de relatório final sobre a boa execução do programa cultural;-----

b) Apresentação de documentos contabilísticos correlacionados, com as respetivas atividades constante do programa, e que são objeto de financiamento da autarquia;-----

c) Consagração de um dever de informação geral, junto do gestor do contrato, sobre todas as atividades, desenvolvidas e a desenvolver, no âmbito da boa execução do contrato.-----

Cláusula 7ª-----

(Produção de efeitos)-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

O Presidente da Direção da associação COOPERATIVA CULTURAL, TEATRO EXPERIMENTAL FLAVIENSE, -----

Em Anexo: - Plano de Atividades do mês de agosto de 2018; -----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social; - Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;

- Cópia dos respetivos Estatutos; -----

- Documento comprovativo da sua legal constituição;-----

- Cópia do NIPC; -----

- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes;-----

- Ata da Direção a aprovar a minuta.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. RECONSTRUÇÃO/ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 605/14 – FERNANDO DO CABO FERREIRA – RUA ALVES TEIXEIRA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VIDAGO – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 17.07.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1 O requerente acima referido na qualidade de proprietário, de uma habitação de rés-do-chão e dois andares, sita no Largo do Mercado/Rua Alves Teixeira, em Vidago, junto à Casa Museu Pintor João Vieira e no seguimento da Vistoria realizada em 30 de novembro de 2017, de legalização das obras levadas a efeito, veio a processo apresentar elementos solicitados na referida Vistoria e que implicaram a realização de nova vistoria;-----

2. Enquadramento da Pretensão-----

2.1 No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;-----

3. Análise do pedido / Proposta-----

3.1 O pedido encontrava-se corretamente instruído com os elementos necessários à realização da vistoria supra referida, pelo que em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela Comissão Municipal responsável, tendo em conta os aspetos referidos;-----

3.2 A referida Comissão Municipal realizou a vistoria e elaborou Auto n.º165 de 30 de novembro e informação, referindo que havia de "(...) *necessidade realizar obras correção e/ou adaptação* (...)” - -----

3.3 Tal informação foi dada a conhecer ao requerente, que completou o processo fotografias; -----

4. Análise do Pedido / Proposta-----

4.1 Foi realizada nova vistoria em 07 de junho de 2018, tendo sido lavrado o respetivo Auto n.º 51/2018, ficando dirimidas as questões pendentes constantes no Auto de Vistoria de 30 de novembro de 2017;

4.2 Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal;-----

b) Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão da respetiva **Licença Especial de Legalização** do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de reconstrução/ampliação da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão da respetiva **Licença Especial de Legalização**, instruída de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----

5. Responsabilidade-----

Foram apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

6. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão-----

Deverão ainda ser liquidadas as taxas devidas pela realização da operação urbanística em causa nos termos do descrito no artigo 117.º, do DL 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, e previstas no respetivo Regulamento Municipal de liquidação e cobrança de taxas em que a operação se enquadra, conforme exposto;-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar e bifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,85 €	11,85 €
Artigo 76.º	Outras vistorias			
n.º 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	2,00	54,00	108,00 €
	TOTAL			271,15 €

QUADRO II				
		s/n	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,23	0,00
	- Betão betuminoso	0	0,14	0,00
	- Granito (calçada a cubos)	1	0,20	0,20
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,06	0,00
	- Betão	0	0,20	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	0	0,18	0,00
	- Lancil (Granito)	0	0,35	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,17	0,00
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,35	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,23	0,23
REDE DE ESGOTOS		1	0,33	0,33
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	0,45	0,45

C - custo das obras existentes na via pública	1,21
A - área bruta da obra a realizar	283,48 m ²
- n.º3 do artigo 25.º	
T = C x A	TOTAL2= 343,01 €

TOTAL = (271,15 € +343,01€) = 614,16€

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.07.2018:-----
Visto. Atento aos fundamentos de facto e de direito expressos nesta informação sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pelo interessado.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 20.07.2018.-----
À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 195/16 - ANTÓNIO & LILIANA RODRIGUES, LDA. - LUGAR DE SAINÇA, FREGUESIA DE OURA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 27.06.2018.-----
Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----
1. Introdução -----

1.1. Pretensão-----

Vem a firma António e Liliana Rodrigues Lda. através de requerimento nº 1157/18, referente ao processo n.º 195/16, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, de um prédio **RUSTICO** descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 785/20000504 e inscrita na matriz com o n.º 17, situada no Lugar da Sainça freguesia de Oura. -----

1.2. Antecedentes-----

Por requerimento nº463/16 o Srº António Manuel Monteiro Rodrigues (e posteriormente averbado para António e Liliana Rodrigues Lda. apresentou projeto de arquitetura relacionado com a construção de um complexo lúdico para um nº máximo de utentes de 1000. Era prevista uma área coberta de /Área implantação/Área Bruta de construção de 1010,15m2 distribuído pelo edifício principal, ed. receção e zona técnica. A área de piscinas é de 1100m2. Foi proposto a criação de **104 lugares de estacionamento**.-----

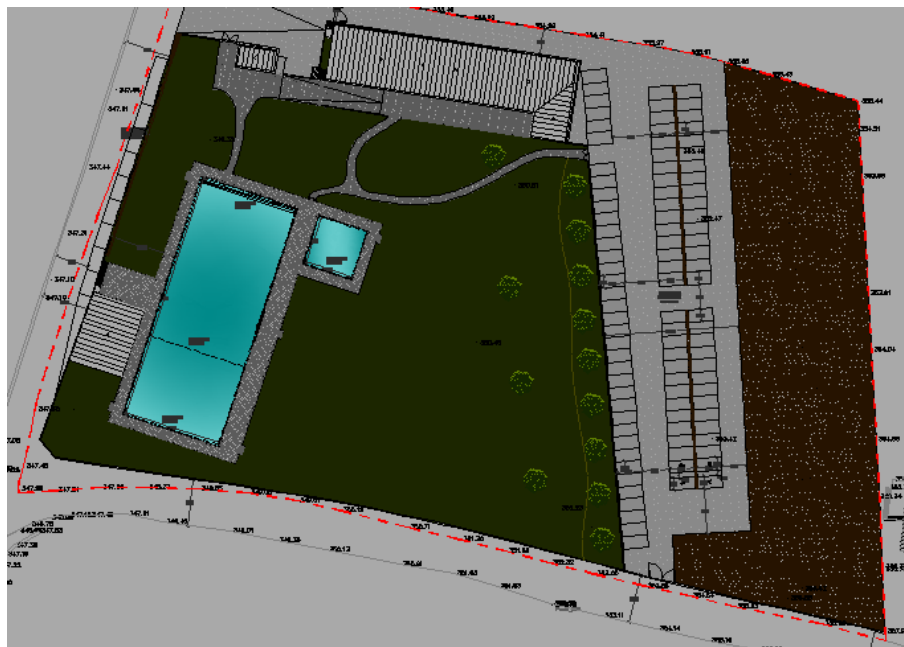
A 19 de outubro de 2016 foi emitida a licença parcial de obras n.º89/16 para a "construção da obra de betão armado, destinado a complexo lúdico". A obra foi embargada a 22 de novembro de 2016 por não estar a cumprir o projeto de arquitetura aprovado.-----

A 15 de maio foi proferida decisão pelo executivo camarário de deferir o pedido de licença especial de legalização do "complexo lúdico".---

A 30 de Maio foi apresentado nova alteração ao projeto de arquitetura (req. nº 924/17) e pedido de emissão de alvará (req nº.º925/17).-----

A 9 de junho de 2017 foi emitido o alvará de licença especial de legalização n.º64/17.-----

Pelo ultimo projeto de alteração é apresentada a seguinte planta de implantação-----



A 10 de novembro de 2017 foi emitido o respetivo alvará de autorização de utilização n.º114/17.-----

2. Enquadramento urbanístico do pedido-----**2.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----**

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 195/16 - todo o terreno acima identificado situa-se em aglomerado urbano U3

de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) numa área de 16 495,3450 m2. -----

2.2 Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido ora formulado tem enquadramento legal no n.º 4 do artigo 6º do DL n.º 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE).-----

3. Análise processual -----

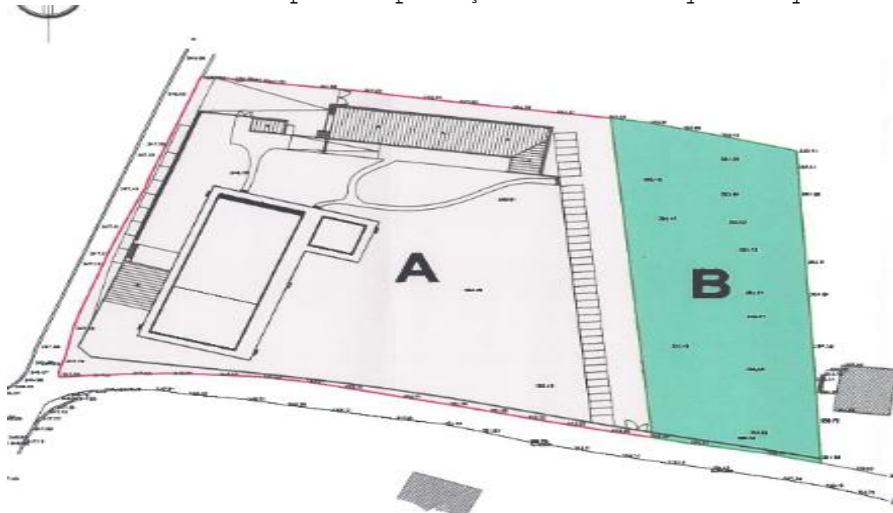
Por análise de elementos apresentados verifica-se que:-----

- O prédio em causa(pese embora detentor de autorização de utilização desde novembro de 2017) encontra-se ainda descrito na conservatória do registo predial como prédio rustico sob nº785 /20000504 com uma área de 16945,45m2.-----

- Que por leitura da caderneta predial urbana apresentada e referente ao artigo matricial nº838 é referenciado como área total do prédio a mesma do descrito na conservatória, no entanto a área de implantação do edifício é referenciada uma área de implantação de 1.751,2000m2, área bruta de construção de 1791,200m2.-----

- Que por a autorização de utilização n.º114/17 ,verifica-se que o respetivo titulo se refere a um complexo lúdico -Piscinas e equipamentos de apoio com a área de 2010.15m2 -----

Que pela peça desenhada que retrata o destaque da parcela verifica-se que o "complexo lúdico" todo ele efetuado no dito artigo mãe (inicial) se desvirtuaria pela operação de destaque requerida dado que:-----



- O projeto de arranjos exteriores, memorias dos projetos de arquitetura anexas ao processo é referenciado a criação de 104 lugares de estacionamento. Pela planta ora apresentada o nº de lugares de estacionamento é diminuído para 38 , numero este insuficiente face à área de serviços apresentada (2110,15 m2) e ao numero de utentes que é contemplado no projeto tendo em conta o artigo 12 do regulamento do plano diretor municipal. Os demais lugares de estacionamento 66 (incluindo para pessoas com mobilidade condicional) estariam localizados na ora parcela B.-----

- Que parte dos restantes projetos de especialidades (nomeadamente redes e acessórios de águas pluviais e outros) estavam implantados - na ora pretendida parcela B.-----

- Que é mencionado em planta de localização uma piscina e um restaurante no entanto na autorização de utilização não é contemplado utilização para serviços de restauração e bebidas.-----

4. Conclusão-----

Pelo todo o supra citado considera-se:-----

Que as áreas descritas nos diferentes alvarás emitidos por esta entidade não se coaduna com o descrito na caderneta predial no referente a áreas edificadas.-----
 Verifica-se que a pretensão do requerente desvirtuaria todo o processo n.º195/16 dado que as obras de infraestruturas e de arranjos exteriores se encontram executadas em ambas as parcelas, não podendo ora e consequentemente criar um novo artigo/parcela que poria em causa toda a eficácia da operação urbanística efetuada, desde já no atual prédio mãe e imprescindíveis à sua correta utilização.-----

5. Proposta de decisão -----

Pelo descrito em toda a informação e considerando que o prédio mãe não deverá ser dividido fisicamente por existir um processo que contempla o prédio no seu todo, considera-se que não se encontram reunidos os requisitos necessários à emissão da certidão requerida.-----
 Deverá notificar-se o requerente para no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 122 do CPA (código do procedimento administrativo), querendo, pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto, bem como requerer diligências complementares e juntar elementos sobre o sentido da deliberação e respetivos fundamentos findo o qual na ausência de pronuncia deve considerar o indeferimento como definitivo nos termos do artigo nº121 do mesmo código.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11.07.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente seja deliberado adoptar projecto de decisão conducente ao indeferimento do pedido de emissão da certidão de destaque acima identificada, devendo neste contexto, e atento o disposto no Art.º 122º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, notificar-se o requerente, por escrito, para, querendo, virem a processo, num prazo de dez dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão administrativa que irá recair sobre o requerido.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 20.07.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 207/18 - CACILDA FRADE MORGADO - RUA CENTRAL, N.º 3, CAPELUDOS, FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 11.07.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território nº601/18, datado de 23/03/2018, que determinou a organização do presente processo n.º207/18, a Sra.

Cacilda Frade Morgado, na qualidade de proprietária, apresenta um pedido de legalização de uma operação urbanística já concluída, consubstanciada em **obras de construção** (já executadas), de um muro de vedação, sito Rua Central n.º3 - Capeludos, em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM, mas não inserida em loteamento, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual (doravante designado por RJUE).-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO -----

De acordo com a cópia da Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, apresentada, a requerente é titular de um prédio urbano situado em Capeludos, da freguesia de Nogueira da Montanha, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º869 natureza urbana, confronta de norte com **eira⁽²⁾ pública**, de nascente com caminho público, de sul com Maria Joaquina Rodrigues e de poente com Cassilda Frade Morgado (ora requerente, composto de habitação de rés-do-chão e 1.º andar, com uma área total de 219,30 m², área coberta de 150,00 m² e área descoberta de 69,30 m², está inscrita a favor da requerente desde 2011/03/31, por partilha subsequente a divórcio).-----

3. ANTECEDENTES-----

3.0 Como antecedente também relacionado com o pedido de legalização apresentado, regista-se em Arquivo Municipal, o anterior processo camarário n.º 455/1986, em nome de Cacilda Frade Morgado, relativo à construção de uma moradia de R/C e andar com a área de 255,00m², tendo-lhe sido atribuída a Licença n.º674, passada em 30 de outubro de 1986 e posteriores prorrogações autorizadas pelas licenças n.º837, de 29/12/1986, n.º 743, de 29/09/1987, n.º255, de 03/04/1987 e 159, de 01/03/1988 (Existe uma peça desenhada, datada de 08/09/1986, intitulada "Planta e alçados, com as escalas 1:50 e 1:100, onde na representação do R/C (existente), correspondente ao alçado direito, não aparece representada qualquer vão de porta de acesso; à dita eira)

3.1 Processo da construção clandestina de um muro pela Sra. Cacilda Frade, ora requerente, em Capeludos. Do processo importa extrair um abaixo-assinado, subscrito por moradores, no qual se opõem à vedação da "eira pública", assim como, consta ainda do referido processo uma nota informativa, aposta numa folha constante do processo, na qual é referido que "os elementos da junta de freguesia recusam-se a assinar", subentende-se uma exposição apresentada pela Sra. Cassilda Frade, ora requerente, o qual foi indeferido. Na peça gráfica, intitulada "Planta de localização", à escala 1:500, aparece identificada praça pública. Consta ainda do processo um parecer jurídico, datado de 27/03/1989, onde aparece expresso que a camara municipal deverá indeferir o licenciamento do muro, por não estar provada ser dona da eira. -----

3.2 Exposições/queixas, apresentada em 31/07/2017 e 4/8/2017, pela Sra. Ermelinda Rosa Frade Teixeira Pinto, solicitando com carácter de urgência a fiscalização às obras de ampliação de um edifício da habitação, cuja proprietária é a Sra. Cacilda Frade Morgado;-----

3.3 Ficha de acompanhamento de Operações Urbanísticas n.º56/2017- zona Sul, datada de 16/08//2017, produzida pelo Sector de Fiscalização Administrativa Municipal, comunicando que após deslocação ao local foi

² A Eira é um espaço plano, de chão duro e de dimensões maiores ou menores, conforme a quantidade de cereal a trabalhar. A Eira podia ser um espaço fixo, em terra batida ou pavimentada **e delimitada a pedra**, ou preparada em cada colheita junto aos campos de cultivo ou junto às habitações dos agricultores. -----

verificado que Sra. Cacilda Frade Morgado está a levar a efeito o cimentamento do espaço contíguo ao alçado lateral direito da sua habitação, (...) numa área de aproximadamente 32m² de superfície e respetiva vedação através da construção de 3 muros de vedação totalizando os três aproximadamente 16m de comprimento de altura variável entre 0.8 e 2m sem que para o efeito tenha a respetiva licença de construção administrativa", de acordo com o relatório sobre a situação da obra.-----

3.4 Em 17/08/2017 e na sequência da Ficha de acompanhamento de Operações Urbanísticas n.º56/2017 - zona sul, datada de 16/08/2017, a Sra. Chefe da Divisão de Administração e Fiscalização, D.A.F, Dra. Sandra Lisboa prestou a informação n.º119/DAF/FIS/2017, na qual recaiu o despacho do Sr. Vereador Arquiteto Castanheira Penas, datado de 18/08/2017, foi a Sra. Cacilda Frade Morgado, oficiado da aplicação das medidas de tutela da legalidade urbanística (embargo prevista na alínea a), do n.º1, do artigo 102.º-B, do RJUE, embargo, pelo prazo de um ano, em vista a garantir a reintegração de ordem administrativa violada, com todos os efeitos aí emergentes, muito concretamente, a obrigatoriedade de paralisar, imediatamente, a execução dos trabalhos, evitando o agravamento da irregularidade detetada (Tendo tomado conhecimento pessoal em 23/08/2017).-----

3.5 Informação n.º22/2017 - zona norte, datada de 24/08/2017, onde indica que face ao despacho superior do Sr. Arquiteto Castanheira Penas, emitido em 18/08/2017 foi levantado Auto de Embargo e suspensão de obras particulares, pelo prazo de 1 ano, datado de 23/08/2017. Sendo também notificado a Sra Cacilda Frade Morgado.-----

3.6 Participação n.º56/2017, no âmbito do processo n.º99/FIS/2017, datada de 13/09/2017;-----

3.7 Exposição, no âmbito do processo 99/FIS/2017, remetida via postal pela Sra. Cacilda Frade Morgado, em 04/09/2017, onde indica que se compromete a apresentar o projeto de regularização, quando regressar em agosto de 2018, a Portugal, bem como solicita a suspensão do processo de contra ordenacional.-----

3.8 Auto de entrega, por parte do Sr. vereador responsável Arquiteto castanheira Penas, datado de 10/10/2017, designadamente do processo 99/FIS/17, referente a operação urbanística sem licenciamento, sendo a responsável a Sra. Cacilda Frade Morgado.-----

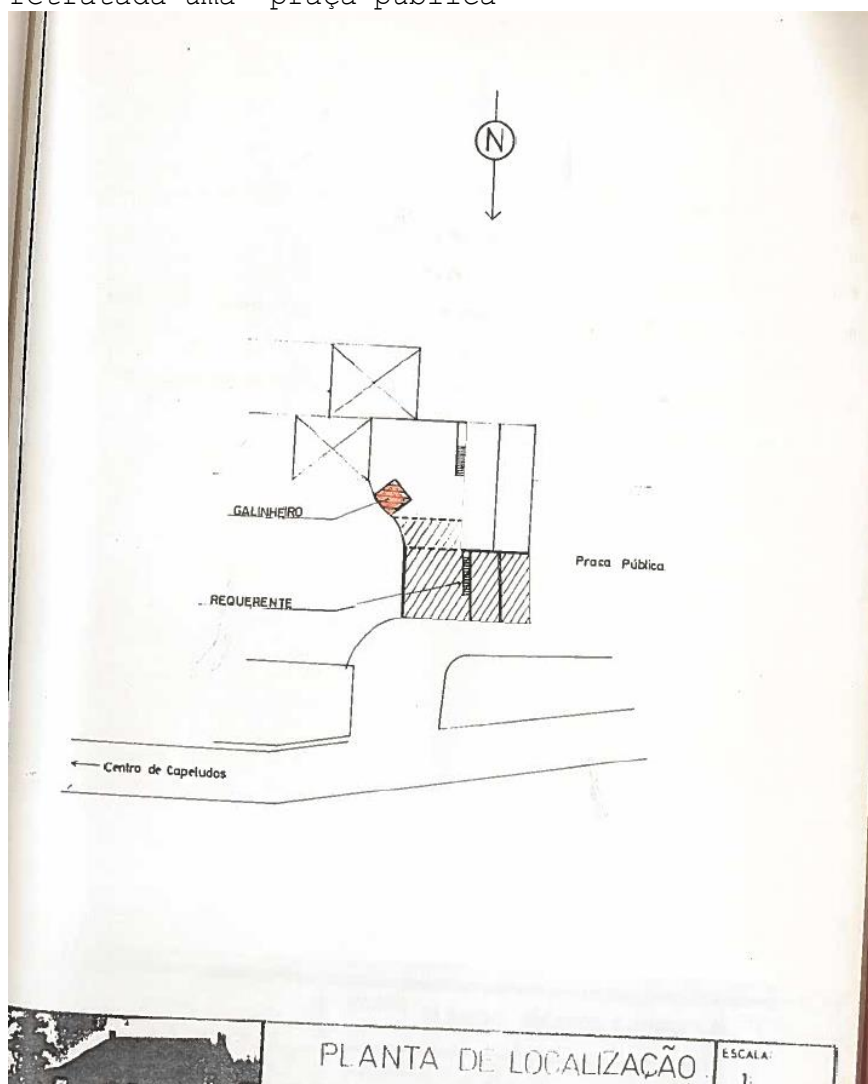
4. SANEAMENTO E PARECIAÇÃO LIMINAR-----

4.1 Na apreciação liminar, para cumprimento do disposto no artigo 11.º do RJUE, constata-se que a instrução do pedido de licenciamento com vista à legalização não está completo, nos termos da portaria Portaria n.º 113/15, de 22 de abril e do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º732/2015, RMUE, dado que está em falta:-----

- Documento que demonstre que a Sra. Cacilda Frade Morgado, ora requerente é proprietária do espaço onde se encontra implantado o muro objeto de legalização;-----
- O projeto de estabilidade;-----
- O perfil esquemático do arruamento, com a descrição dos materiais, em conformidade com o Anexo IV do RMUE;-----
- Mais se refere na peça desenhada, intitulada "Levantamento topográfico georreferenciado", à escala 1:200, não identifica o espaço público envolvente, designadamente a referida eira pública.-----

4.2 Na apreciação técnica do processo verificamos ainda que: -----

- O CD, não se encontra devidamente georreferenciado, para além disso, dever-se-á sublinhar, que se verifica discrepância na localização do prédio, identificada nas peças desenhadas do projeto de arquitetura e no levantamento georreferenciado, em formato digital;-----
- A delimitação do prédio em formato digital apresentado possui uma área total (169m^2) e uma área coberta (129m^2), diferentes da área total, conservada, $219,30\text{m}^2$ e da área coberta, conservada, 150m^2 , e constantes na CCRP;-----
- O muro de vedação que confina com caminho público, não é paralelo ao eixo da mesma, assim como, não dista 4m do eixo dessa via, conforme determina o n.º1, do artigo 60º da Lei 2110, de 19/8/1961;-----
- Pese embora, na memória descritiva ser referido e passamos a citar " (...) a área descoberta de $69,30\text{m}^2$ (...) local onde se encontra o muro...", "foi impermeabilizado o logradouro com numa área de $33,35\text{m}^2$ (...)", contudo por análise da peça desenhada em formato digital, intitulada Planta de implantação do projeto base de arquitetura, verifica-se que a área descoberta é de aproximadamente $40,17\text{m}^2$ -----
- E ainda por análise da peça desenhada, intitulada "planta de localização, à escala 1:500, constante do processo antecedente apresentado em 21/04/1987, o qual se encontra indeferido, verifica-se retratada uma "praça pública"-----



5. PROPOSTA DE DECISÃO-----

5.1 Considerando que, as obras efetuadas não são suscetíveis de legalização, atendendo ao facto de não ter sido feita qualquer prova da titularidade do espaço onde se projeta o muro, e atendendo ao referido nos itens 4.1 e 4.2 da presente informação, e por serem manifestamente contrários às normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, Portaria nº 113/15, de 22 de abril, o RMUE de Chaves e Lei 2100, de 19/8/1961 neste contexto propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedi mental:-----

5.2. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de camara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

5.3. Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere **indeferir** o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se faz referência, -----

5.4 Caso o sentido da decisão venha a ser este, dispõe ainda o requerente, ao abrigo dos art.121º e 122º do DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, Novo Código do Procedimento Administrativo (NCPA), do prazo de 30 dias para dizer o que lhe oferecer, querendo, sobre o provável sentido da decisão, requerer diligências complementares e/ou para apresentar nesta Câmara Municipal, por escrito, as alegações e/ou documentos que entender por convenientes.-----

5.5 Face ao despacho proferido em 08/01/2018, pela Chefe da D.A.F., Dra. Sandra Lisboa Delgado, dê-se conhecimento da presente informação e posterior deliberação camarária.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 17.07.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, por violação das normas legais e regulamentares expressas nos itens 4.1, 4.3 e 5, deste documento.-----

Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciada.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 20.07.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 140/18 - MANUEL JOÃO DO RIO - LOTEAMENTO 2/01, LOTE 1, COCANHA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE -

INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 05.07.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º415/18, em 22 de fevereiro de 2018, que deu origem ao processo n.º140/18 e completado pelo requerimento n.º 876/18, de 03/05/2018 o Sr. Manuel João do Rio, na qualidade de proprietário, apresenta um novo pedido de legalização de uma operação urbanística já concluída, consubstanciada na **legalização de obras de alteração**, já executadas, num edifício destinado a habitação unifamiliar, com Licença inicial n.º 559 passada em 21 de agosto de 1985 e não dotada de autorização de utilização, em área inserida em loteamento, com alvará n.º2/81, entretanto caducado, cumulativamente na **legalização de obras de construção** de um edifício destinado a arrumos, "Anexos", também já concluídas, complementar da edificação principal, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, com as subseqüentes alterações, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

1.2. Requereu ainda através do requerimento n.º 876/18, a isenção a apresentação do projeto de Instalação Gás.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO -----

2.1 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, CCRP, apresentada, o prédio urbano composto de edifício rés-do-chão e 1.º andar, situa-se em Cocanha, com uma área total de 660 m², com uma área coberta de 120 m², da União das freguesias de Santa Cruz /Trindade e Sanjurge descrito sob o n.º1232/20140106, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º1471NIP, confronta de nascente com Flavitur e nas restantes confrontações com particulares, desanexado do n.º59.260, fls 3 do livro B-143;-----

2.2 Face ao comprovativo de entrega de documentos, emitido pela Autoridade Tributária Aduaneira, em 02/05/2018, onde consta que o prédio urbano inscrito na matriz predial da União das freguesias de Santa Cruz /Trindade e Sanjurge sob o artigo n.º1471NIP, no sentido de retificar a atual descrição, para que da mesma passe a constar, na confrontação nascente "Flavitur e caminho público".-----

3. ANTECEDENTES-----

Para o local detetaram-se os seguintes processos:-----

3.1 Processo n.º2/81, para concessão de licença de loteamento, no prédio situado na Cocanha, para 222 lotes, numerados de "o" a "221" que deu origem ao Alvará n.º2/81, cujo requerente é "Flavitur - sociedade de empreendimentos da região de Chaves, SARL" e posterior alvará n.º1/2011;-----

3.2 Processo de licenciamento de obras antecedente n.º473 que deu origem à Licença n.º559, passada em 21 de agosto de 1985, para "construção de uma moradia de R/C, andar e sótão com a área de 269,50m²", cujo titular é o Sr. Manuel João do Rio, sendo o local da obra Cocanha, Santa Cruz, Outeiro Seco, com posteriores prorrogações registadas (Licença n.º 433, passada em 29/07/1986, Licença n.º619, passada em 19/08/1987, Licença n.º472, passada em 19/08/1986).-----

3.3 Processo n.º462/17, referente ao procedimento de legalização, o qual através do requerimento n.º2082/17, de 21/11/2017 e com esclarecimentos adicionais apresentados sob requerimento n.º414/18, de 22/02/2018 solicitou a sua anulação.-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e Regulamentos Municipais-----

A pretensão, consubstanciada a reposição da legalidade urbanística de uma operação urbanística ilegal, isto é, **obras de alteração** cumulativamente com **obras de construção** sem os respetivos atos administrativos de controlo prévio, com enquadramento no artigo 102.º-A do RJUE, em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação⁽³⁾, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do referido Regulamento O referido Auto de Vistoria deverá ser deverá ser fornecida ao requerente junto com a presente informação-----

4.2 Enquadramento em Loteamento-----

A pretensão situa-se no lote 1, do processo de loteamento nº2/81, titulado com o Alvará de Loteamento n.º2/81, de 11/03/1981, em nome de "Flavitur - sociedade de empreendimentos da região de Chaves, SARL", declarado caducado. Neste contexto o lote n.º1 é considerado um prédio avulso.-----

4.3 Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Regista-se que o prédio urbano possui uma área total de 660,00m². Da análise prévia do projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto legalizar as operações urbanísticas consubstanciadas em: obras de alterações realizadas no edifício principal, composto de R/C, andar e sótão, com licença inicial n.º559, passada em 21 de agosto de 1985 e não dotada de autorização de utilização e obras de construção referente a um anexo complementar do edifício principal, que se desenvolve, num piso de R/C.-----

Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves⁽⁴⁾, folha nº34-A, o prédio está inserido em espaços da Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, Categoria 1.1 - Cidade de Chaves;-----

Segundo a Carta de Condicionante, folha nº34-A, do PDM, o prédio em causa não se encontra abrangido por qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública.-----

5. CONSULTA A ENTIDADES EXTERNAS-----

Não há lugar a consultas externas ao município.-----

6. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----

6.1 O pedido encontra-se instruído com os elementos necessários ao procedimento em análise, com exceção do projeto de infraestruturas de telecomunicações - ITED.-----

6.2 São apresentados os termos de responsabilidade do projeto de arquitetura, do acondicionamento acústico, pela direção técnica da obra, e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do técnico autor do levantamento topográfico atestando a conformidade com os elementos cadastrais.-----

6.3 No referente ao Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º 349 -C/2013, de 2 de dezembro, o requerente apresentou o certificado SCE.-----

6.4 A coberto do requerimento n.º 876/18, de 03/05/2018, o requerente solicitou a isenção a apresentação do projeto de Instalação Gás por

³ Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º732/2015, RMUE. -----

⁴ Publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento. -----

se destina á habitação própria e não estar prevista a utilização de gás, ao abrigo do n.º 2, do artigo 3.º, da seção I, do capítulo II, do DL 97/2017, 10/08).-----

6.4. No que concerne ao projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica o requerente apresenta fatura como prova que o edifício já se encontra ligado à rede pública.-----

7. APRECIÇÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

7.1 Quanto às regras de edificabilidade-----

Em termos de regime de edificabilidade, não obstante o lote n.º 1, pertencer ao loteamento nº 2/81, titulado com o Alvará de Loteamento n.º 2/81, de 11/03/1981, em nome de "Flavitur - sociedade de empreendimentos da região de Chaves, SARL entretanto caducado, neste contexto o lote n.º 1 é considerado um prédio avulso, não submetido à disciplina dos instrumentos urbanísticos(5), com uma área total conservada de 660m², inserido em espaços da categoria 1.1 - cidade de Chaves. Mais se refere trata-se de uma situação em que, na presente data não é possível definir uma moda de cerca ou um alinhamento dominante, pelo que a pretensão deverá respeitar-se o exposto na subalínea a1), do n.º 2, do artigo 19º do regulamento do PDM em vigor. Por leitura, designadamente da ficha de medição do projeto de arquitetura, página 51 do processo, constata-se que o requerente se propõe legalizar obras de alteração de uma moradia pré existente, titulada pela licença nº 559/85, de R/C, andar e sótão, com uma área bruta total de 269,50m², cumulativamente legalizar as obras de construção de uma edificação existente, complementar da principal, destinada a arrumos, que se desenvolve num único piso de rés-do-chão, com uma área bruta de construção 50.80m². Assim a edificabilidade é obtida pela área bruta de construção /área do terreno(lote), ou seja $I_c = (269.50m^2 + 50.80m^2) / 660m^2 = 320,30m^2 / 660m^2$ resultando um índice de 0,49 m²/m² (< 1,20 m²/m²), cerca máxima 8,53 ≤ 20m e número de (pisos 2 + sótão) ≤ 6.-----

Face ao exposto, do ponto de vista técnico da disciplina de arquitetura nada obsta à legalização da pretensão, na medida em que se conforma com as normas estipuladas pelo PDM de Chaves em vigor, designadamente a pretensão respeita o exposto na subalínea a1), do n.º 2, do artigo 19º do Regulamento do PDM de Chaves, na sua última versão-----

7.2 Quanto às infraestruturas-----

O local está satisfatoriamente infraestruturado.-----

7.3 Do cumprimento das normas técnicas para pessoas com mobilidade condicionada, DL nº 163/2006, de 8 de Agosto.-----

O plano de acessibilidades está instruído com termo de responsabilidade do seu autor, pelo que nos termos do disposto no nº 2 do art.º 3º do DL nº 163/16, de 8 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 136/14, de 9 de Setembro, está dispensada a sua apreciação prévia, pelo que se consideram cumpridos os requisitos técnicos de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada-----

7.4 Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----

A garagem e logradouro garantem o n.º mínimo de lugares de estacionamento, conforme prevê, a alínea b), do n.º 3, do Artigo 12.º, do Regulamento do PDM em vigor, cumulativamente com os artigos 39.º e 40.º do RMUE.-----

7.5 Verificação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)-

⁵ projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes -----

O projeto está instruído com termo de responsabilidade pelo que nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, está dispensada a verificação do interior da edificação.-----

8. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

8.1 Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Câmara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

8.2 Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se faz referencia e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

8.3 Caso a Câmara municipal delibere deferir o presente pedido de legalização, das obras de alteração da habitação unifamiliar e das obras de construção do anexo, destinado a arrumos, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º14, do artigo 73.º-C, do RMUE, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar, assim como, apresentar o projeto de infraestruturas de telecomunicações - ITED, ou eventualmente requerer a isenção do mesmo devidamente fundamentado.

8.4 Para efeito do disposto no decreto-lei n.º287/2003, de 12/11, o requerente deve no prazo de 60 dias, á emissão do alvará de utilização, fazer prova junto deste processo administrativo registado com o n.º140/18, de que procedeu à comunicação daquele título na Repartição dos Serviços de Finanças de chaves.-----

À consideração superior,-----

9. CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N.º 314/2010 aplicáveis à pretensão.-----

Habitação unifamiliar e anexo (áreas em m²)

	Habitação unifamiliar		anexo		
PISO	licença inicial n.º559, 21/08/85			áreas ampliadas	total
Piso 1		120,00	50,80		
Piso 2		130,97			
sótão		18,53			
	269,50	269,50	50,80	50,80	50,80
Cércea		8,53			
Volume		804			

9.1 Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

Uma vez que há aumento de área bruta de construção, superior a 20 m², há lugar ao cálculo de taxas corresponde às infraestruturas urbanísticas, conforme previsto no n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização das operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010, regulamento n.º 314/2010.-----

n.º 18	No caso do aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por cada m² adicional	0	3,15 €	0,00 €
Secção V VISTORIAS				
Artigo 76.º	Outras vistorias			
n.º 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	1	54,00 €	54,00 €
TOTAL				104,00 €

TOTAL A PAGAR..... Σ 29,46 € + 102,95 € = 132,41 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.07.2018:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa (Moradia unifamiliar e anexo destinado a arrumos). No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que os imóveis a que respeita foram objecto de legalização.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 20.07.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 106/13 - HORÁCIO MARQUES SILVA - RUA DA FONTINHA, N.º 290, LOIVOS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 06.07.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1886/17, referente ao processo n.º 106/13, o Sr.º Horácio Marques da Silva, na qualidade de proprietário, apresenta, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção⁶, de uma habitação unifamiliar, localizada na rua da Fontainha, n.º290, freguesia de Loivos no concelho de Chaves.-
 1.2- De acordo com a Certidão das Finanças, o prédio urbano tem a área total 92,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 193, da freguesia de Loivos.-----

2 - ANTECEDENTES -----

⁶ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações; ---

2.1 - Projeto de arquitetura e especialidades, aprovados desde 30 de Agosto de 2013;-----

2.2- O requerente não veio requerer, a emissão do competente Alvará de obras de construção, pelo que se trata de uma construção levada a efeito, sem controlo prévio por parte da administração. -----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o artigo 72.º do Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei 136/2014 de 9 de Setembro (doravante designado de RJUE).-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado de RJUE), por se reportar à legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 35 A, o prédio urbano, está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados e em núcleos tradicionais dos aglomerados rurais, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal. -----

4.2.2- Por outro lado, sobre o prédio impende uma restrição adveniente da sua localização, em áreas de proteção a conjuntos patrimoniais - Aglomerados com núcleo tradicional a preservar. -----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente tem projeto de arquitetura e especialidades, aprovados desde 1 de Agosto de 2013, pelo facto de não ter vindo requerer a emissão do competente Alvará de obras de construção, houve a realização de uma operação urbanística, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

5.2- O requerente solicita, o aproveitamento dos elementos que instruíram o processo e que culminou com o licenciamento do imóvel, em 1 de Agosto de 2013 e apresenta novos termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura e novos termos dos projetos de especialidades.-----

5.3- Neste contexto, solicita o requerente a legalização da construção da habitação unifamiliar, de r/chão, andar e um piso em mansarda, com a área bruta de construção de 186,75 m², levada a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, com o aproveitamento dos elementos que se mostram válidos e adequados e que instruíram o pedido inicial. -----

5.4- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-11-30, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"167", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.5- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de que, a habitação unifamiliar se encontra de acordo com o projeto licenciado em 1 de Agosto de 2013, havendo necessidade de obras de correção, que se prendem com a criação de um "guarda corpos" na escada exterior de acesso à habitação. O requerente apresenta sob requerimento n.º 1223/18, datado de 13 de Junho de 2018, fotografias elucidativas de

ter levado a efeito a correção, consubstanciada, na colocação de um "guarda corpos" na escada exterior de acesso à habitação.-----

5.6- A edificação situa-se no núcleo tradicional do aglomerado de Loivos, que se encontram listados no anexo n.º4 do PDM, como "Aglomerado com núcleo tradicional a preservar" e tendo resultado da vistoria, que a intervenção se integra com naturalidade no meio em que se insere, onde a moda da cércea na frente urbana em que se insere é de r/chão, andar e um piso em mansarda.-----

5.7- A construção, segue os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.6-A edificação destina-se habitação e comércio, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 63,54 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 206,35 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 269,89 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1 - Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada, na construção de um edifício de "habitação unifamiliar", compagina-se com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cércea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.2- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de construção acima enunciadas, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação.-----

8.3 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.4- Considerando, que o uso pretendido, para habitação, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e

Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.^a série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.5- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.1.2- Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

9.1.3- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) - com aumento de área de 74,75 m²-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO III				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	0	0,16	0,00
	- Granito (calçada a cubos)	1	0,22	0,22
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	0	0,20	0,00
	- Lancil (Granito)	0	0,38	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,19	0,00
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,28	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS		1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,51	0,00
C - custo das obras existentes na via pública				0,85

A - área bruta da obra a realizar (ampliação)	74,75 m ²
Ampliação de edifícios de habitação, comércio , serviços e armazéns - n.º 4 do artigo 25.º	
T = C x A	T = 63,54 €

QUADRO II-----**- Cálculo das taxas administrativas-----**

(art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65€	75,65 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	86,45€	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35€	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85€	11,85 €
Art.76,n.º6	Vistoria		54,00€	54,00 €
	TOTAL			206,35 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 63,54 € + 206,35 € = **269,89€ -----****DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 12/07/2018:-----**

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 20/07/2018.-----

A presente informação estabelece os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 20/07/2018.-----

À Reunião de Câmara.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 237/03 – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SR. DOS AFLITOS DA FREGUESIA DE TRAVANCAS – RUA DIREITA, TRAVANCAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 04.07.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-INTRODUÇÃO -----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1324/17, 457/18 e 549/18, referente ao processo n.º 237/03, o Centro Social e Paroquial de Sr.º dos Aflitos - Travancas, na qualidade de proprietário, solicita, aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação⁷, de um edifício destinado a prestação de serviços - "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)", localizado na rua Direita - Travancas, União das freguesias de Travancas e Roriz no concelho de Chaves.----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças apresentada, o prédio urbano tem a área total de 700,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 826, da freguesia de Mairos.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Alvará de Licença de construção inicial n.º 287/03, para obras de construção de edifício destinado a "centro de dia", r/chão e andar, com a área de 487,40 m²;-----

2.2- Alterações lic.ª n.º 295/07, com aumento de área de 176,57 m², e uso de "Centro Social e Paroquial";-----

2.3- Legalização das obras de ampliação, por deliberação de Câmara datada de 19 de Fevereiro de 2016, com aumento de área de 334,57 m²;-

2.4- Alvará de Autorização de Utilização n.º 30/16, para prestação de serviços - "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)";-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no anexo I, ponto I, n.º15 e 16 do ponto III da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, designadamente:-----

- Certidão das Finanças; -----

-Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal; -----

- Memória descritiva e justificativa; -----

- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10.000; -----

- Planta de localização à escala 1:5.000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-

- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de carater profissional;-----

- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades e respetivo plano;-----

- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----

- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----

- Alçados à escala de 1:100;-----

- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----

⁷ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente; -----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Desenho de alterações;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Projeto de Segurança Contra Incêndio;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Fatura da luz;-----
- Fatura do telefone;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado de RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 35 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE).-----

4.4.- Em diplomas especiais-----

4.4.1- O presente pedido enquadra-se no Decreto-Lei 64/07 e ulteriores alterações, que define o regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social em que sejam exercidas atividades e serviços do âmbito da segurança social relativos a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1 - O requerente pretende a legalização da ampliação de um edifício destinado a prestação de serviços - "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas ERPI e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)". As alterações, prendem-se com a ampliação do piso 1, havendo por este facto um aumento da área bruta de construção de 131,56 m².-----

5.2- A ampliação e remodelação tem por objetivo, dotar o estabelecimento de maior capacidade em "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas ERPI e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)", passando para 30 utentes residentes em ERPI e 30 utentes em SAD. -----

5.3 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-06-22, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 52/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação.----

5.5- O edifício destinado a prestação de serviços (área licenciada + ampliação a legalizar), composto de três pisos (cave, r/chão e andar) tem uma área total de construção de 1.130,10 m². A operação urbanística de edificação, a legalizar, ao propor a ampliação do piso 1, respeita a "moda da cércea", pelo facto de se constatar, que é está a cércea (cave, r/chão e andar) que apresenta maior extensão ao longo da frente urbana.-----

5.6- A ampliação legalizar, respeita os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.7- As obras de ampliação a legalizar no edifício, respeitam os recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio urbano, de acordo com o disposto no artigo 26.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.8- No âmbito do presente projeto de alterações, referente à ampliação de uma "Estrutura Residencial para Pessoas idosas Centro Dia e Serviço de apoio de domiciliário" foram consultadas pelo requerente as seguintes entidades, nos termos do disposto no artigo 13-B.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e conforme previsto no Decreto-Lei 64/07 e ulteriores alterações, designadamente:-----

5.8.1- ARS Norte, emite parecer favorável datado de 2017-07-24; -----

5.8.2- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a qual emitiu parecer favorável datado de 2017-02-16, nos termos da informação anexa ao processo.-----

5.8.3- Instituto da Segurança Social, I.P., a qual, emitiu parecer favorável datado de 2017-07-31, nos termos da informação anexa ao processo.-----

5.9- A edificação mantém o uso preexistente e destina-se a prestação de serviços, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

5.10- Por outro lado a proposta em presença dá cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo, que está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE.-----

5.11- Face ao núcleo antigo, em que se insere a pretensão, pode ser dispensada do cumprimento dos lugares mínimos de estacionamento, previstos na alínea d) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal, em conformidade com o disposto no seu n.º 5;-----

5.12- O imóvel destina-se a "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas ERPI e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)", é servido por arruamento público, devidamente infraestruturado pavimentado a cubos, rede água e saneamento.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com o n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 111,83 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas

pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 525,54 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 637,37 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), que se anexam á presente informação.-----

7.4- O Centro Social e Paroquial Sr.º dos Aflitos, solicita, isenção do pagamento das taxas de infraestruturas e administrativas associadas à operação urbanística em apreciação. -----

7.5- Sobre esta matéria, o n.º 3.1, do art.º 19, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, em vigor no Concelho de Chaves, prevê a isenção da liquidação de taxas de infraestruturas urbanísticas relativamente a todas as obras de edificação ou loteamentos promovidos por pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, cooperativas, associações religiosas, culturais, desportivas, recreativas ou profissionais de direito privado sem fins lucrativos, desde que as mesmas se destinem à realização dos correspondentes fins estatutários;-----

7.6- Sendo certo ainda que, ao abrigo do disposto no art.º 20, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, a Assembleia Municipal, em sede de sua sessão ordinária realizada no dia 30 de Junho de 2010, tomou deliberação no sentido de isentar do pagamento de taxas administrativas devidas pelas operações urbanísticas promovidas pelas pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, instituições de solidariedade social, cooperativas, associações religiosas, culturais, desportivas, recreativas ou profissionais de direito privado sem fins lucrativos, desde que:-----

7.6.1- Tais operações se destinem à realização dos correspondentes fins estatutários e o pedido de isenção seja formalizado pela entidade interessada à Câmara Municipal, mediante requerimento devidamente fundamentado;-----

7.6.2- A concessão da isenção seja analisada caso a caso, pela Câmara Municipal, na sequência de requerimento devidamente fundamentado e subscrito pela entidade interessada;-----

7.6.3 - O pedido de isenção referido nas alíneas anteriores, seja acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades requerentes, bem como da sua finalidade estatutária;-----

7.7- O Centro Social e Paroquial Sr.º dos Aflitos, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede em Travancas, Concelho de Chaves, não tendo, nesta justa medida, quaisquer fins lucrativos;

7.8- O requerimento encontra-se instruído com os documentos comprovativos da natureza jurídica da associação, bem como da sua finalidade estatutária;-----

7.9- Nos termos dos Estatutos do Centro Social e Paroquial, a mesma tem por objetivo criar estruturas de apoio à terceira idade, infância e juventude.-----

7.10- A operação urbanística, em causa, - obras de ampliação de um edifício destinado a "Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para pessoas idosas" -, enquadra-se no escopo social do Centro Social e Paroquial;-----

7.11- A situação contributiva do Centro Social e Paroquial, encontra-se devidamente regularizada, conforme comprovam as certidões emitidas pelos serviços de finanças de Chaves e pela Segurança Social;-----

7.12- Nestes termos, julgamos, salvo melhor opinião, que o Centro Social e Paroquial Sr.º dos Aflitos, reúne todos os requisitos para que lhe sejam concedidas as isenções requeridas; -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de ampliação acima enunciadas, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação.-----

8.2- O edifício destinado a prestação de serviços, está bem enquadrado no meio em que se insere, pelo facto de se localizar em meio rural, onde esta tipologia de construções é a mais comum. A edificação é servida por arruamento público, devidamente infraestruturado, a cubos de granito, rede água e saneamento.-----

8.3- Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada, na ampliação de um edifício de "prestação de serviços", compagina-se com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cêrcea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.4- Considerando, que não há alteração ao uso preexistente e licenciado ao abrigo da licença de construção inicial, ou seja, o imóvel destina-se a prestação de serviços - "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de apoio domiciliário", o que, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.---

8.5- Considerando, que se trata de um pedido de legalização de obras de ampliação, e de acordo com o previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei 64/07 e ulteriores alterações, concluídas as obras e equipado o estabelecimento em condições de iniciar o seu funcionamento, deve a Câmara Municipal, nos termos do artigo 63 e seguintes do RJUE, promover a realização de uma vistoria conjunta com as entidades intervenientes no processo de instalação.-----

8.6- Considerando, que foi realizada vistoria conjunta com a ARS Norte, ANPC e Instituto da Segurança Social, I.P., da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 10/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

8.7- Considerando, que da vistoria realizada, em 22 de Junho de 2018, resultou parecer no sentido de poder ser emitida autorização de utilização, para a atividade correspondente a -"Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de apoio domiciliário",-

8.8- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.9- Considerando, que se trata de uma legalização de obras de ampliação, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE e Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas

pela Realização de Operações Urbanísticas), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102.º-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.1.2- Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

9.1.3- Que ao abrigo do disposto, respetivamente, no n.º 3, do art.º 19 do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, em vigor no Concelho de Chaves, e, tendo por base, a deliberação tomada pela Assembleia Municipal em sede de sua sessão ordinária realizada no dia 30 de Junho de 2010, propõe-se que a Câmara Municipal delibere isentar o Centro Social e Paroquial de São Tiago do pagamento das seguintes taxas:-----

9.3.1.1- Taxas de infraestruturas urbanísticas, associadas, às obras de ampliação de um edifício destinado a -"Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de apoio domiciliário", no valor de 111,83 € (cento e onze euros e oitenta e três cêntimos);----

9.3.1.2- Taxas administrativas associadas à realização da operação urbanística de edificação que se pretende levar a efeito, no valor de 525,54 € (quinhentos e vinte e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos);-----

9.1.4- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação do edifício, destinado a - "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de apoio domiciliário", o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----
Áreas (m²) - com aumento de área de 131,56 m²-----

QUADRO I-----

- **Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**-----

QUADRO III				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	0	0,16	0,00
	- Granito (calçada a cubos)	1	0,22	0,22
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	0	0,20	0,00
	- Lancil (Granito)	0	0,38	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,19	0,00
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,28	0,00

REDE DE ÁGUA	1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS	1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	0	0,51	0,00
C - custo das obras existentes na via pública 0,85			
A - área bruta da obra a realizar (ampliação) 131,56 m ²			
Ampliação de edifícios de habitação, comércio, serviços e armazéns			
- n.º 4 do artigo 25.º			
T = C x A		T =	111,83 €

QUADRO II-----
- Cálculo das taxas administrativas-----
 (art.º 66 da subsecção IV)-----

Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17 Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18 Aumento de área bruta de construção, acresce por m ² adicional 131,56m ²	3,20€	420,99 €
n.º 16 Prazo de execução da obra, por cada mês 1	11,85€	11,85 €
Art.º 76, n.º 6 Vistoria		54,00 €
TOTAL		525,54€

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 111,83 € + 525,54 € = 637,37 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13/07/2018:-----

Visto. Atento os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara municipal vir a adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 deste documento, ou seja, que englobe o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa e a isenção do pagamento das taxas de infraestruturas e das taxas administrativas associadas à referida operação urbanística.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 13/07/2018.-----

À Reunião de Câmara.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 231/18 - EMANUEL SOUSA ALVES - RUA DA TRINDADE, N.º 49, ADÃES, FREGUESIA DE SANTA LEOCÁDIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO

E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 19.07.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Pretensão-----

O Sr. Emanuel Sousa Alves, através do requerimento n.º 673/18, proc.º n.º 231/18, vem solicitar a legalização de uma habitação unifamiliar composta por cave com área de 66,42 m2, r/c com área de 104,89 m2, sita na Rua da Trindade n.º 49, Adães, tendo sido solicitado a apresentação de elementos.-----

Através do requerimento n.º 948/18, vem a processo dar cumprimento do solicitado na informação técnica de 12/04/2018.-----

II- Localização-----

O terreno onde se encontra edificada a construção localiza-se na Rua da Trindade, n.º 48, Adães, Freguesia de Santa Leocádia, em Chaves.-

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 231/18 - o terreno situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor:-----

3.1.1- Parte do terreno onde se encontra edificada a habitação, na Classe na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.3- Outros Aglomerados.-----

3.1.2- A restante parte do terreno na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, Categoria 4.3- Espaços Agro-Florestais, na Sub-Categoria 4.3.A- Espaços Agro-Florestais Comuns.-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 231/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE).----

IV - Descrição da Intervenção-----

O requerente através do requerimento n.º 673/18 apresenta pedido de legalização da construção da habitação, dado que o proponente procedeu à ampliação da edificação existente sem controlo prévio.-----

A matriz urbana, refere artigo P748 com a seguinte descrição:-----

Área total = 1197,00 m2-----

Área de Implantação = 104,89 m2-----

Área bruta de construção = 203,08 m2-----

A parte urbana é composta por casa de cave (área de 66,42 m2) e r/c (área de 104,89 m2) área bruta de construção de 203,08, bem como inscrita na matriz no ano de 31/12/2013.-----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que se tratava de uma edificação existente á muitos anos ;-----

►Que levou a efeito obras de melhoramento e aumento da área da habitação, com a construção de mais um piso;-----

►A intervenção baseia-se na legalização da edificação, composta por 2 pisos e um sótão sem pé direito regulamentar;-----

►Que a edificação da construção está dentro do perímetro de construção de Adães;-----

II - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 673/18 e 948/18 refere-se a uma legalização de uma edificação composta por 2 pisos e sótão, apresentando para o efeito o projeto de arquitetura nomeadamente:----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

V - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, bem como o disposto no n.º5 artigo 73.º-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o pedido formulado através do requerimento n.º 673/18 e 948/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE.--
Considerando que não consubstancia obras, a sua legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015, de 22 de Abril. Considerando que se trata de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Considerando que o procedimento de legalização da edificação é precedido de Vistoria Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que da realização da referida Vistoria foi lavrado o auto de vistoria n.º 49/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização, nada a opor à sua legalização.-----
No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----
►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE; -----
►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados á edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados á edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;

►As obras a legalizar, refere-se a uma de área de construção de 202,98 m2.-----

►A área bruta de construção proposta é de 202,98 m2, inferior à máxima admissível pelo cumprimento do índice (0,8x 630,00=504,00 m2).-----

►A edificação respeita ainda os critérios estabelecidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;-----

►A edificação está construída em zona de U3- Outros Aglomerados.-----

VII - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação

urbanística correspondente a uma edificação composta por 2 pisos e sótão e de área bruta de construção de 202,98 m².-----
Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. **Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras de ampliação destinadas a habitação foi sujeita ao procedimento de legalização,** ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental, inserindo-se no n.º1 do artigo 25 Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	4,5		19,33	86,99 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00 €/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	142,72 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	21,46 ml

Moradia unifamiliar
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º

$T = C \times m \times 0,25$	TOTAL = 765,70 €
------------------------------	------------------

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização

de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54.º	Apreciação de Autorização de Utilização			
n.º1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
	TOTAL-1			62,90 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL-2			65,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
	TOTAL-3			38,90 €

TOTAL-1			62,90 €
TOTAL-2			65,85 €
TOTAL-3			38,90 €
VALOR GLOBAL			167,65 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas	765,70 €
Taxas administrativas	167,65 €
Valor global da liquidação de taxas	933,35 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 20.07.2018:-----
 Visto. Atento aos fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística reportada neste documento e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização do imóvel em causa. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 20.07.2018.-----
 À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 804/16 - ANTÓNIO MANUEL FEIJO DOS REIS - LARGO DO CRUZEIRO, FREGUESIA DE BUSTELO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 11.07.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

- 1. INTRODUÇÃO-----**
 Rececionado o parecer da APA emitido em 26/06/2017 e face ao despacho superior da Técnica superior, na ausência do Dirigente, Sra. Arquitecta Ana Isabel, datado de 12/03/2018, com vista à reapreciação do pedido de legalização, a que refere processo n.º 804/16, de acordo com as novas regras urbanísticas aprovadas em sessão da assembleia Municipal realizada em 28/02/2018, no âmbito do procedimento de alteração do Regulamento do PDM, relativo a uma operação urbanística já concluída, consubstanciada em obras de ampliação⁽⁸⁾ realizadas numa moradia unifamiliar de R/C, andar e sótão, com licença inicial n.º280/86, nos termos nos termos do disposto no art.º 102-A⁽⁹⁾, do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, com as subsequentes alterações, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado.
- 2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----**

⁸ Artigo 2.º **Definições** -----
 e) «Obras de ampliação», as obras de que resulte o aumento da área de implantação, da área total de construção, da altura da fachada ou do volume de uma edificação existente; -----

⁹ Artigo 102.º -A **Legalização** -----
 1 - Quando se verifique a realização de operações urbanísticas ilegais nos termos do n.º 1 do artigo anterior, se for possível assegurar a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, a câmara municipal notifica os interessados para a legalização das operações urbanísticas, fixando um prazo para o efeito. -----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, CCRP, o prédio urbano situado no Largo do Cruzeiro, composto de habitação de dois pisos, com logradouro, inscrito na matriz urbana sob o artigo 464, com uma área total de 340 m² e com uma área coberta de 120m², da Freguesia de Bustelo e descrito sob o n.º1148/20090922, confronta de norte com eira, de nascente com padre João Sanches, de sul com Manuel Joaquim e outros e de poente com caminho público. -----

3. ANTECEDENTES-----

Para o local detetou-se o processo de licenciamento/legalização de obras antecedente n.º190/1986 que deu origem à Licença n.º280, passada em 21/05/1986, para "construção de uma moradia de R/C, andar e sótão com a área de 294,32m², cujo titular é o Sr. Felizardo dos Reis, a qual se projeta no artigo rústico n.º2657 da freguesia de Bustelo, que confronta a norte com caminho público, nascente eira pública, sul padre João Sanches e ponte Manuel Feijó Reis e com a área de **560m2**, inscrito na matriz em nome do Sr. Felizardo dos Reis. -----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 Enquadramento do pedido na Legislação vigente-----

O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do RJUE em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6, do artigo 73.º-C do referido regulamento. É dispensada a realização da vistoria porque a pretensão não cumpre determinados preceitos legais.-----

4.2 Enquadramento da proposta nos instrumentos de planeamento Territorial-----

Regista-se que o prédio urbano possui uma área total de 302,17m², de acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves. Da análise prévia do projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto legalizar a um edifício destinado a uma habitação unifamiliar, que se desenvolve em três pisos, acima da cota de soleira.-----

Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves⁽¹⁰⁾, folha n.º34-A, o prédio em causa encontra-se abrangido por solos da classe 1 "Espaços urbanos e urbanizáveis", na categoria 1.3 outros aglomerados, aglomerado de Bustelo.-----

Segundo a planta de condicionantes, do PDM de Chaves, folha n.º34-A, sobre o terreno do interessado impede uma servidão e/ou restrição de utilidade pública, consubstanciada em leitos dos cursos de água e suas margens com uma largura de 10m.-----

5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS-----

A pretensão foi objeto de parecer técnico dos serviços da Agência Portuguesa do Ambiente - APA, datado de 26/06/2017, no qual está expresso que a entidade não se opõe à legalização da pretensão, no pressuposto de que a linha de água foi manilhada ao longo do arruamento e garantindo um afastamento de 23,25m à parcela do requerente.-----

6. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----

6.1 O pedido encontra-se instruído com os elementos necessários ao procedimento em análise, com exceção da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais e do plano de acessibilidades ou pedido de isenção de apresentação, devidamente fundamentado; -----

¹⁰ Publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento -----

6.1.2 No referente ao estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º 349 -C/2013, de 2 de dezembro, o requerente apresentou o certificado SCE, conforme previsto na subalínea i), da alínea a), do n.º 5, do artigo 73.º-C, do RMUE;-----

6.1.3 No que respeita ao projeto de estabilidade, projeto de redes prediais de água e esgotos e projeto de águas pluviais, o requerente subentende-se, considerou não ser possível a apresentação dos mesmos, no âmbito do procedimento de legalização, estes foram substituídos por relatórios técnicos acompanhados por termo de responsabilidade, conforme previsto na subalínea ii), da alínea a), do n.º 5, do artigo 73.º-C, do RMUE;-----

6.1.4. No que concerne ao projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica e projeto de infraestruturas de telecomunicações o requerente apresenta fatura como prova que o edifício já se encontra ligado à rede pública de eletricidade e fatura do serviço de telecomunicações, respetivamente, conforme previsto na subalínea v), da alínea a), do n.º 5, do artigo 73.º-C, do RMUE;-----

6.1.5 O requerente a coberto do requerimento n.º 2256/16, de 13/12/2016, apresentou Termo de responsabilidade ou refere expressamente que o pedido de legalização "não observa as normas técnicas e gerais e específicas de construção, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o DL 163/2006, 06/08";-----

6.1.6. Requereu ainda, a coberto do requerimento 292/17, de 21/02/2017, a isenção de apresentação do projeto de instalação de gás. Verifica-se o mesmo foi enquadrado no n.º 2, do artigo 1.º do DL n.º 521/99, de 10/12, diploma legal que se encontrava em vigor, aquando da entrada do requerimento (20/02/2017);-----

6.2 São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura e especialidades, do projeto de arquitetura, do projeto acústico e do projeto de arranjos exteriores e ainda declaração do técnico autor do levantamento topográfico atestando a conformidade com os elementos cadastrais.-----

7. APRECIÇÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

7.1 Quanto às regras de edificabilidade-----

O prédio possui uma área total conservada de 302,17m², inserido em espaços da categoria 1.3 - outros aglomerados. Em termos de regras de edificabilidade e tendo por base esclarecimentos verbais prestados pelo técnico, em 06/07/2018, para a situação em análise não é possível definir o comprimento da moda da cerca e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, neste seguimento a pretensão deverá respeitar-se os parâmetros referidos na subalínea iii), subalínea a1), do n.º 2, do artigo 19º, do regulamento do PDM em vigor. -----

Por leitura, designadamente da ficha de medição, página 28 do processo, constata-se que o requerente se propõe legalizar obras de ampliação de uma moradia pré-existente, titulada pela licença n.º 280/86, de R/C, andar e sótão e com as áreas por piso de (132,50m²+148,50m²+50,42m²), obtendo-se uma área bruta de construção 331,42m². Assim a edificabilidade é obtida pela área bruta de construção /área do terreno, ou seja $I_c = 331,42m^2 / 302,17m^2$, resultando um índice de 1,10m²/m², superior ao permitido para o local, 0,80 m²/m², pelo que a pretensão viola o estipulado no ponto iii), da subalínea a1), do n.º 2, do artigo 19º do regulamento do PDM, na sua última versão.-----

Mais se refere no que concerne aos parâmetros de edificabilidade consubstanciados na cerca máxima e n.º de pisos, tais critérios não são de aplicar uma vez que se trata de uma preexistência, licenciada

ao abrigo da Licença n.º280, passada em 21/05/1986, para "construção de uma moradia de R/C, andar e sótão com a área de 294,32m².-----

7.2. Quanto às acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto-----

Não foi apresentado um plano de acessibilidades nem foi solicitada a isenção de apresentação do mesmo, devidamente fundamentada. No Termo de responsabilidade refere expressamente que o pedido de legalização "não observa as normas técnicas e gerais e específicas de construção, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o DL 163/2006, 06/08";-----

7.3. Outras normas legais-----

Por observação da documentação fotográfica apresentada pelo requerente, no alçado posterior, verifica-se que parte da cobertura, em telha cerâmica, projeta-se em terreno contíguo ao prédio do requerente, bem como, as águas pluviais resultantes dessa cobertura são descarregadas livremente no prédio confiante, situação que não pode ocorrer. Assim o proprietário deve solucionar a recolha das águas pluviais, de maneira a serem recolhidas na sua totalidade no prédio do requerente;-----

8. PROPOSTA DE DECISÃO FUNDAMENTADA -----

8.1. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, considera-se que o pedido nos moldes apresentados, não cumpre com o preceituado no ponto iii), da subalínea al), do n.º 2, do artigo 19º regulamento do PDM na sua ultima versão, uma vez que a edificabilidade não cumpre o parâmetro referente ao índice de construção, I_c , neste contexto propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

8.2. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de camara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

8.3. Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere **indeferir** o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se faz referência;-----

8.4 Caso o sentido da decisão venha a ser este, dispõe ainda o requerente, ao abrigo dos art.121º e 122º do DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, Novo Código do Procedimento Administrativo (NCPA), do prazo de 30 dias para dizer o que lhe oferecer, querendo, sobre o provável sentido da decisão, requerer diligências complementares e/ou para apresentar nesta Câmara Municipal, por escrito, as alegações e/ou documentos que entender por convenientes.-----

À consideração superior-----

Chaves, 11 de julho de 2018-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.07.2018:-----

Visto. Atento os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar um projeto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa por violação das normas legais e regulamentares expressas no item 8.1 deste documento. -----

Neste contexto, dever-se-á de seguida notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no artigo 121 e seguintes do Código do Procedimento administrativo, para, querendo, vir a processo

num prazo de 10 (dez) dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projeto de decisão acima enunciado. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 20.07.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - RUA ARTUR MARIA AFONSO - ADJUDICAÇÃO. -----

Foi presente a informação nº 204/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária do dia 28 de junho de 2018, deliberou autorizar o procedimento por ajuste direto, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Rede de Abastecimento de Água - Rua Artur Maria Afonso", nos termos da alínea d) do artigo 19º do Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, do Código dos Contratos Públicos; -----

- Considerando que foi consultada a empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas S.A.", para apresentar a sua proposta para a execução da empreitada, por ser uma firma que possui o alvará de construção exigido no ponto 8.3 do convite, por ser credível, dado o conhecimento que possuímos, pela execução de contratos anteriores e por ser a firma adjudicatária da obra que se encontra em execução e como tal, evitar quaisquer tipo de conflitos que possam surgir, entre entidades executantes diferentes a trabalhar no mesmo local. -----

II - Fundamentação -----

Considerando que as condições contratuais propostas pelo concorrente, são as seguintes: -----

- Valor da proposta: 29.900,00 Euros, (Vinte e nove mil e novecentos euros); -----

- Prazo de execução da obra: 10 dias. -----

Assim, atendendo às razões anteriormente expostas, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) Propõe-se a adjudicação da empreitada "Rede de Abastecimento de Água - Rua Artur Maria Afonso", à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas S.A.", pelo valor de 29.900,00 Euros, (Vinte e nove mil e novecentos euros), IVA não incluído, com um prazo de execução de 10 dias, remetendo-se à entidade

competente para autorizar a despesa, no caso, a Câmara Municipal de Chaves; -----

De salientar que o valor total da proposta (29.900,00 €) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.4.4 0102/07030307/0103/2009 I 28, sendo que o valor de 25.032,70 € corresponde a Rede de Abastecimento de Água; -----

b) A aprovação da minuta do contrato em anexo, nos termos das disposições combinadas previstas na alínea d) do nº 2 do artigo 77º e do nº 1 do artigo 98º do CCP; -----

c) Propõe-se, dando concretização ao estipulado no artigo 290.º-A, do CCP, a nomeação da Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato e elaborar o relatório de avaliação no final de obra; -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do senhor Presidente, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário. -----

À consideração superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 11 de julho de 2018. -----

A Chefe de Divisão -----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.18. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. BENEFICIAÇÃO DO LARGO DA LAPA - RECEÇÃO DEFINITIVA. -----

Foi presente a informação nº 206/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada "Beneficiação do Largo da Lapa". -----

2. De harmonia com deliberação em Reunião de Câmara do dia 7 de dezembro de 2009, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Anteros - Empreitadas, S.A." a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas aos 4 dias do mês de janeiro de 2010, pelo valor de 347.809,39€, (Trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e nove Euros e trinta e nove cêntimos), IVA não incluído. -----

4. O Auto de consignação data de 22 de fevereiro de 2010. -----

5. A receção provisória ocorreu no dia 30 de agosto de 2011. -----

6. O adjudicatário solicitou vistoria com vista à receção definitiva da obra e a consequente libertação das garantias bancárias prestadas.

II - Fundamentação -----

1. Em resposta ao solicitado, a equipa responsável pela fiscalização da obra, deslocou-se ao local dos trabalhos para proceder ao seu exame tendo verificado que estes se encontravam executados em conformidade

com o estabelecido, estando assim em condições de ser recebidos definitivamente. -----

2. O empreiteiro, no ato de assinatura do contrato, prestou caução através de garantia bancária n.º GAR/09307515, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 28 de dezembro de 2009, no valor de 5%, correspondente a 17.390,47€. -----

3. Foram, ainda efetuadas retenções de 5% do valor de cada auto de medição e de 10% do valor do auto de revisão de preços, conforme quadro seguinte: -----

Auto n.º	Valor dos autos	Retenção
1	19.110,73€	955,54€
2	4.262,60€	213,13€
3	39.819,93€	1.991,00€
4	7.187,40€	359,37€
5	38.566,30€	1.928,32€
6	2.630,00€	131,50€
7	480,00€	24,00€
8	73.473,95€	3.673,70€
9	70.838,60€	3.541,93€
10	42.309,00€	2.115,45€
11	33.683,00€	1.684,15€
12	15.447,88€	772,39€
R.P.	4.541,09€	454,11€
Total	352.350,48€	17.844,59€

4. Estes valores foram substituídos por garantia bancária n.º 00375534, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A. em 20 de abril de 2012, no valor 17.844,59€. -----

5. As referidas garantias foram já reduzidas em 75%, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, propõe-se ao Sr. Presidente da Câmara: -----

1 - Que seja feita a Receção Definitiva da obra; -----

2 - Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se oficie: -----

i) O BPI, S.A. no sentido de extinguir a garantia bancária n.º GAR/09307515, de 28 de dezembro de 2009, correspondente à caução de 5% do valor do contrato inicial -----

ii) O Banco Espírito Santo, S.A. no sentido de extinguir a garantia bancária n.º 00375534, de 20 de abril de 2012, correspondente à retenção nos autos de medição e de revisão de preços. -----

À consideração Superior. -----

Chaves 13 de julho de 2018 -----

A Técnica Superior -----
(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.ª) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.07.20. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

Foi presente a informação nº 212/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Adutora Parque Empresarial Chaves - Adutora Cando - Soutelo e Reservatório de Soutelo" -----

2. De harmonia com deliberação de reunião de Câmara do dia 07/07/2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "SINOP - António Moreira dos Santos, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 30 de agosto de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 456.442,73€ (Quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois Euros e setenta e três cêntimos)), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

• Prazo de execução da obra: 270 dias. -----

5. O auto de consignação é de 18 de setembro de 2017. -----

6. O plano de Segurança e Saúde foi aprovado aos 3 dias do mês de outubro de 2017. -----

7. O empreiteiro vem, através de ofício, registado nos serviços de expediente geral do Município com o n.º5285, em 25/6/2018, solicitar a prorrogação do prazo de execução da obra alegando para o efeito a pluviosidade acima da média, que foi registada nos primeiros meses do ano e a falta de autorização para intervir no reservatório do Cando, por parte das Águas do Norte. -----

II - Fundamentação -----

1 - Verificou-se, nos primeiros meses do presente ano, a ocorrência de períodos de chuvas intensas e contínuas que, dadas as características da obra, condicionaram, o desenvolvimento dos trabalhos praticamente na sua generalidade. -----

2 - Em grande parte da área abrangida pelo projeto, as escavações não se puderam executar devido ao estado de saturação dos terrenos e, igualmente, por questões de segurança dada a instabilidade dos solos.

3 - Foi solicitado à empresa Águas do Norte, autorização para efetuar a ligação da conduta adutora ao reservatório do Cando, trabalhos integrantes da empreitada. -----

4 - Esta entidade ainda não emitiu parecer sobre o projeto nem concedeu a autorização solicitada. -----

5 - Todos estes fatores contribuíram para que a empreitada não se encontre ainda concluída. -----

6 - Os trabalhos em falta resumem-se à referida ligação, à conclusão do reservatório de Soutelo e à pavimentação, -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1 - Face ao exposto, dadas as circunstâncias excecionais que se verificaram nos meses em causa, propõe-se a prorrogação graciosa do prazo de execução da obra, não havendo aqui direito à revisão de preços, pelo prazo de 90 dias, com efeitos a partir do dia 30 de junho

de 2018, já que a não concessão desta prorrogação acarretaria graves inconvenientes para o Município -----
 À consideração Superior. -----
 Chaves 20 de julho de 2018 -----
 (Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a) -----
 O.E. n.º 58982 -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.07.20. -
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO N° 25/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 25/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 24.664,29 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €24.664,29 (Vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO N° 26/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 26/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 27.296,77 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €27.296,77 (Vinte e sete mil, duzentos e noventa e seis euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 9/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 9/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Construções Quatro de Maio, Lda., no valor de 34.967,80 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €34.967,80 (Trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 17/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 17/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 16.418,93 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €16.418,93 (dezasasseis mil, quatrocentos e dezoito euros e noventa e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.8. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 18/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 18/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 10.697,62 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €10.697,62 (Dez mil, seiscentos e noventa e sete euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.9. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 19/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 19/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 26,91 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €26,91 (Vinte e seis euros e noventa e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.10. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 6/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 6/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 65.977,92 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €65.977,92

(Sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete euros e noventa e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.11. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 8/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 8/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA., no valor de 11.150,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €11.150,00 (Onze mil, cento e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.12. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL - VILELA SECA E REMODELAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE VILELA SECA - AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS Nº 01/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 01/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 8.707,81 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €8.707,81 (Oito mil, setecentos e sete euros e oitenta e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

**VII
EXPROPRIAÇÕES**

VIII

DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. NELSON SÉRGIO DA COSTA RIBEIRO. INFORMAÇÃO Nº128/DAR/2018. -----**

Foi presente a informação nº128/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.---

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 03 de julho de 2018, um pedido em nome de Nelson Sérgio da Costa Ribeiro, contribuinte nº167768034, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na Avenida da Cocanha nº43, Lote 174.-----
A 03 de julho de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente declaração da Segurança Social e declaração do Centro de Emprego;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----
O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----
A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----
Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 209,87€;-----
Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----
Considerando que o valor da dívida é inferior a 250€ e o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal até esse valor ser de 25€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 9 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na

autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 209,87€ por parte da peticionária, em 9 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 06 de julho de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.19. -----

Visto. À reunião do Executivo municipal para efeitos de aprovação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. LUÍS MANUEL CHAVES PINHEIRO. INFORMAÇÃO Nº132/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº132/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 09 de julho de 2018, um pedido em nome de Luís Manuel Gonçalves Pinheiro, contribuinte n.º197523528, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na Avenida Luís Chaves 86.-----

A 09 de julho de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente declaração da Segurança Social e declaração do Centro de Emprego;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 880,56€;-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida está compreendido entre os 751€ e os 1000€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 100€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 9 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 880,56€ por parte da peticionária, em 9 prestações mensais; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 16 de julho de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----
no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO DE 2018/2019. ADJUDICAÇÃO. AJUSTE DIRETO Nº13/SC/2018. -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP (Código dos Contratos Públicos), a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, datada do pretérito dia 14 de junho de 2018, autorizou a abertura de um procedimento por ajuste direto para aquisição do serviço identificado em epígrafe, nos termos do disposto na subalínea ii) da alínea e), do nº1 do artigo 24º do CCP;-----

- Considerando que, a Assembleia Municipal de Chaves, em sua sessão ordinária, no dia 27 de junho de 2018, aprovou, por unanimidade, a assunção do compromisso plurianual, referente à aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2018/2019; ----

- Considerando que foi convidada a empresa "Auto Viação do Tâmega" a apresentar as suas melhores condições contratuais para a referida prestação de serviço; -----

Considerando que, as condições contratuais propostas pelo concorrente são as expostas no quadro sinóptico infra: -----

Empresa	Valor	Condições de pagamento
Auto Viação do Tâmega, Lda.	287.430,22€	60 Dias

Assim, atendendo às razões anteriormente expostas, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

2. Autorização da despesa - adjudicação -----

O valor da despesa é de 287.430,22 (duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta euros e vinte e dois centavos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposta do concorrente "Auto Viação do Tâmega", em anexo. -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) Propor, nos termos do nº1 do artigo 73º do CCP, a adjudicação, mediante ajuste direto, nos termos do disposto na subalínea ii) da alínea e) do nº 1 do artigo 24º do citado Código, à empresa "Auto Viação do Tâmega" da prestação de serviço em causa, nos termos da proposta apresentada; -----

b) Que seja dispensada a audiência prévia dos interessados, tendo em conta o nº2 do artigo 125º do CCP; -----

c) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do disposto no nº1 do artigo 98º do citado Código;-----

d) Que seja designada como gestora do contrato a Técnica Superior, Dr.ª Zuleika Alves, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.-----

Chaves, 20 de julho de 2018 -----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges) -----

MINUTA DO CONTRATO DE "AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO DE 2018/2019". -----

No dia de de dois mil e dezoito, celebram o presente contrato de "aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2018/2019", pelo preço total de **287 430,22 € (duzentos e**

oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta euros e vinte e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

Como primeiro contratante, o **Município de Chaves**, pessoa colectiva n.º 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário o Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves. -----

Como Segundo Contratante, **AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA, LDA.**, com sede no, Pessoa Coletiva n.º, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, com o capital social de euros, neste ato legalmente representada por, portador do Bilhete de Identidade n.º, emitido pelo Arquivo de Identificação de Vila Real, válido até, na qualidade de da mencionada sociedade e, portador do Bilhete de Identidade n.º, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, válido até, na qualidade de da mencionada sociedade, conforme Certidão Permanente, documento que fica arquivado junto ao processo.-
Cláusula 1ª -----

Objecto -----

O presente contrato tem por objecto a aquisição de bilhetes de assinatura - passes escolares - que terão validade trimestral, a utilizar somente em duas viagens, nos dias letivos e para os troços das carreiras que ligam o local do estabelecimento de ensino ao local de residência do aluno, de acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84, de 27 de setembro, a Portaria n.º 161/85, de 23 de março e a Portaria n.º 181/86, de 6 de maio, para os alunos que constam no anexo A, documento que faz parte integrante do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----

Local da prestações de serviços -----

A aquisição de bilhetes de assinatura - passes escolares - destina-se aos alunos residentes no concelho de Chaves e que frequentam o ensino básico e secundário, de acordo com a sua área de residência. -----

Cláusula 3ª -----

Prazo de execução -----

O fornecimento de bilhetes de assinatura - passes escolares - será de acordo com o calendário escolar fixado pelo Ministério de Execução, para o ano letivo 2018/2019. -----

Cláusula 4ª -----

Preço e condições de pagamento -----

1. O encargo do presente contrato, é de 287 430,22 € (duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta euros e vinte e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2. O pagamento do encargo mencionado no número anterior, será efetuado a 60 dias, a contar após a entrada das faturas no Município. -----

Cláusula 5ª -----

Sigilo -----

O segundo contratante garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento, relacionadas com a atividade do primeiro contratante. -----

Cláusula 6ª -----

Caução para garantir o cumprimento das obrigações -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Depósito de Garantia efetuado na Tesouraria Municipal através da guia n.º /2018, de de agosto de 2018, no valor de **€ 14 371,51** (catorze mil, trezentos e setenta e um euros e cinquenta e um cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objecto do presente contrato. -----

Cláusula 7ª -----

Designação do Gestor do Contrato -----

Para efeitos de cumprimento do disposto, no n.º 1, do artigo 290º-A, do CCP, foi designado, como gestor do contrato, a Técnica Superior, Zuleika Alves, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, datado do dia de de 2018, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato. -----

Cláusula 8ª -----

Casos fortuitos ou de força maior -----

Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se por acaso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

Cláusula 9ª -----

Foro competente -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. -----

Cláusula 10ª -----

Prevalência -----

1- Consideram-se como condições a observar na prestação dos serviços, as expressas no contrato, nos cadernos de encargos e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece o exposto no artigo 96º do Código dos Contratos Públicos. -----

Cláusula 11ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, e restante legislação aplicável. -----

Cláusula 12ª -----

Cláusulas Técnicas -----

1 - A aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) destina-se aos alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho, cujo nome, localidade, idade e ano de escolaridade constam nas listagens remetidas pelos respetivos Agrupamentos de Escolas, - Anexo A - ao presente contrato. -----

2 - Poderá ser ampliado ou diminuído o número de bilhetes de assinatura (passes escolares), por motivos de matrícula, anulação ou transferência, e sempre com base no pedido efetuado pelo respetivo Agrupamento de Escolas, onde se encontra matriculado o aluno beneficiário. -----

3 - As localidades abrangidas pela rede de transportes públicos escolares é a que consta no Anexo B, documento que se anexa ao presente contrato. -----

Cláusula 12ª -----

Disposições finais -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por ajuste direto, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 14 de junho de 2018; -----

3- A aquisição de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação do executivo camarário do passado dia de julho de 2018; -----

4- A minuta referente ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarário do passado dia .../.../2018; -----

5- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob a rubrica orçamental com a classificação económica: 020210; Cabimento nº 1126/2018; Compromisso nº 1688/2018;

6- O contrato será elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

7 - Foram apresentados pelo segundo contratante: -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Contrato registado sob o nº/18. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. AJUSTE DIRETO Nº27/SC/2017 - AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018. LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO. INFORMAÇÃO Nº19/SC/2018. -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, datada do pretérito dia 9 de junho de 2017, deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da prestação de serviço em causa;---

- Considerando que, a Câmara Municipal de Chaves, em reunião ordinária, datada do pretérito dia 4 de agosto de 2017, deliberou, por unanimidade, adjudicar, à empresa " Auto Viação do Tâmega, Lda.", a prestação de serviço identificada em epígrafe, no valor de 292.366,69€ (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos); -----

- Considerando que, o ato adjudicatório, no dia 2017.09.13, veio a ser formalizado através da assinatura do competente contrato administrativo; -----

- Considerando que, no cumprimento do exposto na cláusula 6ª do referido contrato, o adjudicatário, para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, prestou a favor do Município de Chaves um depósito de garantia efetuado na Tesouraria Municipal através da guia nº165/2017, no valor de 14.618,33 (catorze mil, seiscentos e dezoito euros e trinta e três cêntimos), correspondendo a 5% do montante total da prestação de serviço objeto do presente contrato; -

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 30 dias após o cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adjudicante promove a liberação da caução prestada;-----

- Considerando que, de acordo com informação prestada pela técnica superior, Dr.ª Lúcia Pinto, o adjudicatário cumpriu todas as suas

obrigações contratuais, devendo cancelar-se a respetiva garantia a favor do Município de Chaves;-----

2. Da proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que seja autorizada a liberação da caução, no valor de 14.618,33 (catorze mil, seiscentos e dezoito euros e trinta e três cêntimos) prestada pela empresa "Auto Viação do Tâmega, Lda." a favor do Município de Chaves; -----

b) Que, para o efeito, seja este assunto agendado para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, em vista à obtenção da competente deliberação;-----

c) Por último, caso a presente proposta seja autorizada pelo Executivo Municipal, que seja notificado o interessado, nos termos do disposto no artigo 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão administrativa que vier a ser praticada pela Câmara Municipal de Chaves.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 23 de julho de 2018 -----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.23. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.23. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. REABILITAÇÃO DO MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE, DO CASTELO, BALUARTE E INSTALAÇÃO DO CENTRO INTERPRETATIVO DAS MURALHAS (PARU 2.1)" - PI 6.5 (6E) - CANDIDATURA NORTE-05-2316-FEDER-000110 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº60/DSC/2018, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA, DE 12.07.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. A presente informação visa: -----

1.1.1. Levar ao conhecimento do executivo municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe pela Comissão Diretiva do NORTE 2020 em 16/04/2018, nos termos do parecer global que se anexa;

1.1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à CIM-AT; -----

1.1.3. Justificar os motivos de não ter sido dada resposta à notificação de 20/04/2018 e, com base nos mesmos, fundamentar o pedido de inversão da intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura em causa, notificada pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020 através da mensagem de 11/07/2018. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-16-2016-17 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 6.5 (6e)", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Reabilitação do Museu da Região Flaviense, do Castelo, Baluarte e Instalação do Centro Interpretativo das Muralhas (PARU 2.1)". -----

2.2. Após análise e avaliação da referida candidatura por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a qual obteve 3,8 pontos, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação nos termos constantes do Parecer Global que segue em anexo. -----

2.3. A referida aprovação terá sido comunicada pela CIM-AT ao Município de Chaves através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 20 de abril de 2018. -----

2.4. Contudo, por razões não apuradas, a referida comunicação terá sido extraviada, pelo que a mesma não chegou ao conhecimento dos técnicos adstritos à Unidade Orgânica responsável pelas candidaturas, o que impediu de se promoverem as diligências tendentes à proposta de assinatura do Termo de Aceitação no prazo estabelecido. -----

2.5. Entretanto, a 11/07/2018, a Autoridade de Gestão do NORTE 2020 notificou o Município de Chaves da "intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura" em causa, pelo facto de não ter sido devolvido o respetivo Termo de Aceitação no prazo legal estabelecido (30 dias úteis, contados a partir da data da notificação de financiamento). -----

2.6. Perante esta notificação, e constatando-se o extravio da comunicação remetida a 20/04/2018, que veio a ser confirmado o pelo reenvio da mesma, por parte dos serviços da CIMAT, em 11/07/2018, entendem os serviços da DSC que se devem adotar os seguintes procedimentos: -----

(i) Promover, com caracter de urgência, as diligências tendentes à aceitação do Parecer Global e assinatura do Termo de Aceitação, bem como a respetiva devolução deste à CIM-AT e à Autoridade de Gestão;

(ii) Recomendar ao Senhor Presidente de Câmara que, através desta informação, se dê oficialmente conhecimento à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 do extravio da correspondência de 20/04/2018, visando justificar o incumprimento que veio a determinar a notificação de, 11/07/2018, de "intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação" e, assim, fundamentar o pedido de inversão de tal intenção.

3. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO -----

3.1. A operação consubstancia a preservação da Torre de Menagem - edifício classificado como monumento nacional -, assim como a reabilitação do antigo Paço dos Duques de Bragança, onde está instalado o Museu da Região Flaviense, aumentando a atratividade deste equipamento com base na ampliação do espaço destinado ao programa do museu e na melhoria das condições de acessibilidade da visita a este conjunto museológico. -----

3.2. Com esta intervenção, que se articula com as demais do PEDU, em particular com as operações do PARU, será possível reforçar a atratividade de Chaves no que respeita à dinâmica cultural e à valorização do seu património arquitetónico. -----

3.3. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 975.200,00€, considerado na totalidade como investimento elegível, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 828.900,00€ e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 146.280,00€. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO

4.1. Considerando que a candidatura foi aprovada nos moldes formalizados pelo Município, embora sob a "condição do lançamento do concurso para a empreitada ser feito até 60 dias após a contratação do apoio Portugal 2020"; -----

4.2. Considerando a relevância desta intervenção, no que respeita à preservação e à reabilitação dos edifícios em causa, à respetiva melhoria da urbanidade do espaço público envolvente aos mesmos e ao benefício daí resultante, traduzido no incremento do conforto e segurança na fruição dos referidos espaços pela população em geral e pelos visitantes; -----

4.3. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do Termo de Aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;

4.4. Considerando que, os motivos subjacentes ao incumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, não devem ser imputáveis ao beneficiário, em virtude do extravio da comunicação da Autoridade de Gestão do NORTE 2020, de 20/04/2018, que motivou a falta do desencadeamento dos procedimentos tendentes à assinatura do Termo de Aceitação e a devolução do mesmo à CIM-AT no prazo legalmente estabelecido; -----

4.5. Considerando que a "intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura" em causa, notificada pela mensagem de 11/07/2018, pode ser invertida, caso a Autoridade de Gestão aceite as razões apresentadas, relacionadas com o extravio da referida comunicação de 20/04/2018; -----

4.6. Considerando que não existe possibilidade de, em tempo útil, convocar uma reunião extraordinária do Executivo Municipal, para aprovação das condições da candidatura em causa, bem como para legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à inerente outorga do Termo de Aceitação da mesma, para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. -----

4.7. Neste contexto, pelas razões acima apresentadas, entende-se ser de propor ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, a seguinte estratégia procedimental: -----

i) Aprovação do teor do Termo de Aceitação, consubstanciando os moldes em que a candidatura foi aprovada e assinatura do mesmo para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte; -----

ii) Sancionamento das razões que pretendem justificar o pedido de inversão da "intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura", notificada em 11/07/2018, o qual se deverá fazer, por razões de urgência, mediante mensagem eletrónica, com envio de cópia desta informação, após despacho, à CIM-AT e Autoridade de Gestão do NORTE 2020; -----

iii) Encaminhamento desta informação/proposta para a próxima Reunião de Câmara para ratificação da decisão do Senhor Presidente, com base no disposto no n.º 3 do art.º 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assumindo-se estar em causa uma situação excecional e

urgente, correlacionada com a necessidade de colmatar a falha de comunicação ocorrida em 20/04/2018 e a urgente resposta a ser dada para inverter o sentido de decisão de "declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura". -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 16.07.2018 ----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que adote a seguinte estratégia procedimental: ---

i) Aprovar e assinar o Termo de Aceitação nos moldes preconizados, para que o mesmo possa ser, de imediato, enviado para a CIM-AT e Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte; ----

ii) Sancionar as justificações que visam fundamentar o pedido de inversão da "intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura", notificada em 11/07/2018; -----

iii) Autorizar que o pedido em causa se faça mediante mensagem eletrónica, com envio de cópia desta informação, após despacho, à CIM-AT e Autoridade de Gestão do NORTE 2020; -----

iv) Encaminhar esta informação/proposta para a próxima Reunião de Câmara para ratificação da decisão do Senhor Presidente, com base no disposto no n.º 3 do art.º 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assumindo-se estar em causa uma situação excecional e urgente, correlacionada com a necessidade de colmatar a falha de comunicação ocorrida em 20/04/2018 e a urgente resposta a ser dada para inverter o sentido de decisão de "declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura". -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 17.07.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 17.07.2018 --

Visto. Concordo. Proceda-se conforme preconizado na informação técnica infra. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 17.07.2018. -----

2.2. REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DO JARDIM DO TABOLADO" (PARU 2.8)" - PI 6.5 (6E) - CANDIDATURA NORTE-05-2316-FEDER-000099 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº61/DSC/2018, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA, DE 13.07.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. A presente informação visa: -----

1.1.1. Levar ao conhecimento do executivo municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe pela Comissão Diretiva do NORTE 2020 em 16/04/2018, nos termos do parecer global anexo; -----

1.1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à CIM-AT; -----

1.1.3. Justificar os motivos de não ter sido dada resposta à notificação de 19/04/2018 e, com base nos mesmos, fundamentar o pedido de inversão da intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura em causa, notificada pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020 através da mensagem de 11/07/2018. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-16-2016-17 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 6.5 (6e)", o Município de Chaves apresentou, em 28 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Reabilitação e Ampliação do Parque Infantil do Jardim do Tabolado" (PARU 2.8)". ----

2.2. Após análise e avaliação da referida candidatura por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a qual obteve 3,1 pontos, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação nos termos constantes no Parecer Global que se anexa. -----

2.3. A referida aprovação terá sido comunicada pela CIM-AT ao Município de Chaves através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 19 de abril de 2018. -----

2.4. Contudo, por razões não apuradas, a referida comunicação terá sido extraviada, pelo que a mesma não chegou ao conhecimento dos adstritos à Unidade Orgânica responsável pelas candidaturas, o que impediu de se promoverem as diligências tendentes à proposta de assinatura do Termo de Aceitação no prazo estabelecido. -----

2.5. Entretanto, em 11/07/2018, a Autoridade de Gestão do NORTE 2020 notificou o Município de Chaves da "intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura" em causa, pelo facto de não ter sido devolvido o respetivo Termo de Aceitação no prazo legal estabelecido (30 dias úteis, contados a partir da data da notificação de financiamento). -----

2.6. Perante esta notificação, e constatando-se o extravio da comunicação remetida a 19/04/2018, que veio a ser confirmado pelo reenvio da mesma, por parte dos serviços da CIM-AT, em 12/07/2018, entendem os serviços da DSC que se devem adotar os seguintes procedimentos: -----

(i) Promover, com carácter de urgência, as diligências tendentes à aceitação do Parecer Global e assinatura do Termo de Aceitação, bem como a respetiva devolução deste à CIM-AT e à Autoridade de Gestão;-

(ii) Recomendar ao Senhor Presidente de Câmara que, através desta informação, se dê oficialmente conhecimento à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 do extravio da correspondência de 19/04/2018, visando justificar o incumprimento que veio a determinar a notificação de, 11/07/2018, de "intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação" e, assim, fundamentar o pedido de inversão de tal intenção.

3. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO -----

3.1. A operação consubstancia a reabilitação e ampliação do parque infantil do Jardim do Tabolado, espaço de recreio e lazer de referência para a população infantil e juvenil do concelho, abrangendo uma área intervencionada de 13.644m². -----

3.2. Com esta intervenção, que se articula com as demais do PEDU, em particular com as operações do PARU, será possível, reforçar a atratividade e a urbanidade de Chaves no que respeita à sua dinâmica recreativa e de lazer. -----

3.3. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 552.769,50€, considerado na totalidade como investimento elegível, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 469.854,07€ e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 82.915,43€. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando que a candidatura foi aprovada, nos moldes candidatados pelo Município; -----

4.2. Considerando a relevância desta intervenção, no que respeita à reabilitação e ampliação do espaço público em causa e o benefício resultante, traduzido no incremento do conforto, da funcionalidade, da inclusão e da segurança na fruição do referido espaço pela população infantil e juvenil do concelho e pelos visitantes; -----

4.3. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do termo de aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;

4.4. Considerando que os motivos subjacentes ao incumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, não devem ser imputáveis ao beneficiário, em virtude do extravio da comunicação feita a 19/04/2018, que motivou a falta do desencadeamento dos procedimentos tendentes à assinatura do Termo de Aceitação e a devolução do mesmo à CIM-AT no prazo legalmente estabelecido; -----

4.5. Considerando que a intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura em causa, notificada pela mensagem de 11/07/2018, pode ser invertida, caso a Autoridade de Gestão aceite as razões apresentadas, relacionadas com o extravio da comunicação de 19/04/2018; -----

4.6. Considerando que não existe possibilidade de, em tempo útil, convocar uma reunião extraordinária do Executivo Municipal, para aprovação das condições da candidatura em causa bem como, para legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à inerente outorga do Termo de Aceitação da mesma, para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. -----

4.7. Neste contexto, pelas razões acima apresentadas, entende-se ser de propor ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, a seguinte estratégia procedimental: -----

i) Aprovação do teor do Termo de Aceitação, consubstanciando os moldes em que a candidatura foi aprovada e assinatura do mesmo para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte; -----

ii) Sancionamento das razões que pretendem justificar o pedido de inversão da "intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura", notificada em 11/07/2018, o qual se deverá fazer, por razões de urgência, mediante mensagem eletrónica, com envio de cópia desta informação, após despacho, à CIM-AT e Autoridade de Gestão do NORTE 2020; -----

iii) Encaminhamento desta informação/proposta para a próxima Reunião de Câmara para ratificação da decisão do Senhor Presidente, com base no disposto no n.º 3 do art.º 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assumindo-se estar em causa uma situação excecional e urgente, correlacionada com a necessidade de colmatar a falha de comunicação ocorrida em 19/04/2018 e a urgente resposta a ser dada para inverter o sentido de decisão de "declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura". -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 16.07.2018 ----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.-

Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que adote a seguinte estratégia procedimental: --

- i) Aprovar e assinar o Termo de Aceitação nos moldes preconizados, para que o mesmo possa ser, de imediato, enviado para a CIM-AT e Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte;-----
- ii) Sancionar as justificações que visam fundamentar o pedido de inversão da "intenção de declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura", notificada em 11/07/2018; -----
- iii) Autorizar que o pedido em causa se faça mediante mensagem eletrónica, com envio de cópia desta informação, após despacho, à CIM-AT e Autoridade de Gestão do NORTE 2020; -----
- iv) Encaminhar esta informação/proposta para a próxima Reunião de Câmara para ratificação da decisão do Senhor Presidente, com base no disposto no n.º 3 do art.º 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assumindo-se estar em causa uma situação excecional e urgente, correlacionada com a necessidade de colmatar a falha de comunicação ocorrida em 20/04/2018 e a urgente resposta a ser dada para inverter o sentido de decisão de "declaração da caducidade da decisão de aprovação da candidatura". -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 17.07.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 17.07.2018 --

Visto. Concorro. Proceda-se conforme preconizado na informação técnica infra. -----

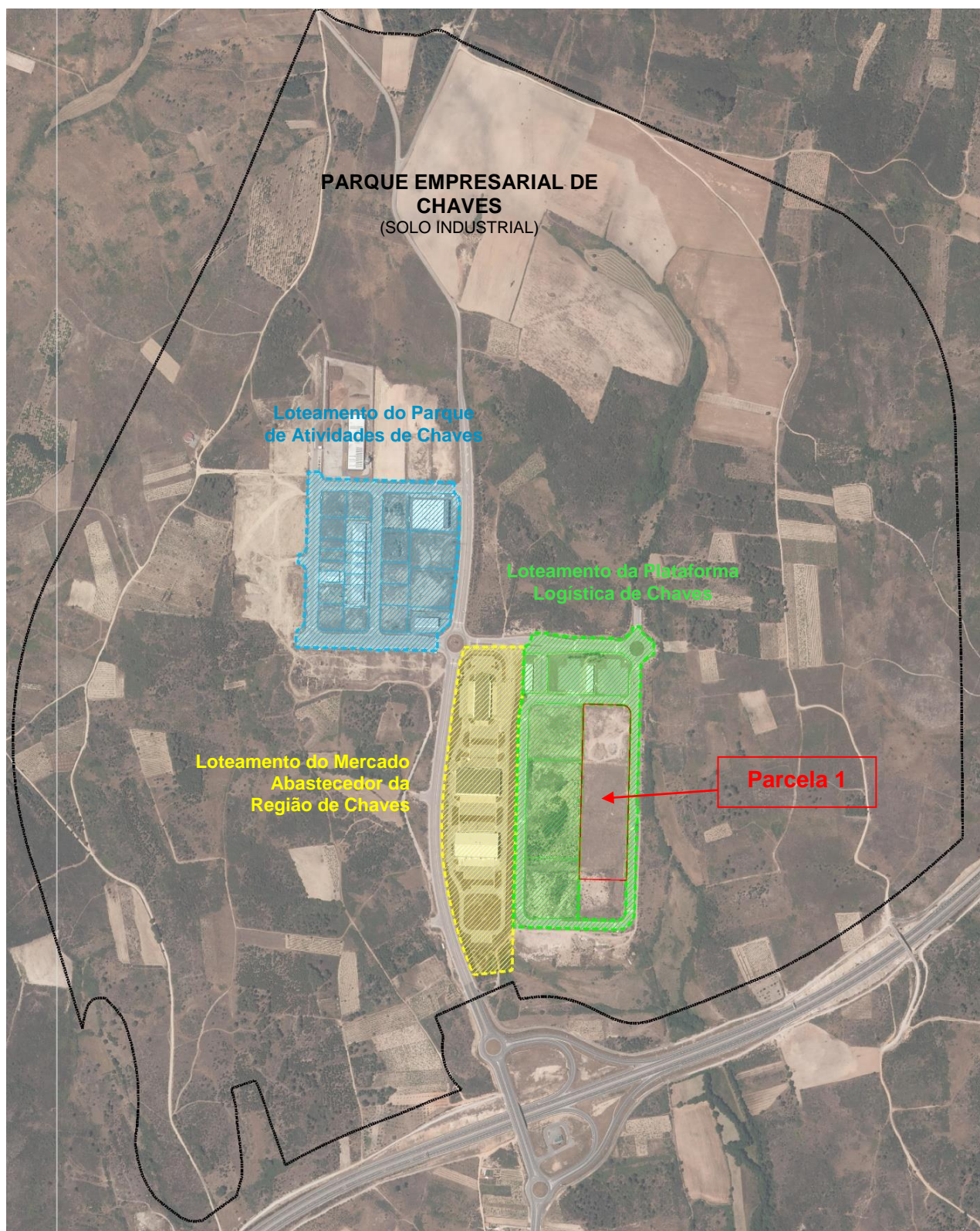
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 17.07.2018. -----

2.3. AQUISIÇÃO DA PARCELA 1 DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES, SITUADA EM CAMPO QUEIMADO, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES - ANÁLISE DE PEDIDO- REQUERENTE: MALLAT, LDA. (REPRESENTADO POR MARIA CHAO FORISCOT), QUINTA DO LEÃO, LOJA 2, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, 5400 CHAVES - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N. 63/DSC/2018, DA ARQ. JOANA RODRIGUES DE 19.07.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia a análise efetuada por estes serviços à pretensão exposta pela empresa Mallat, Lda. contribuinte nº 514 703 210, representada por Maria Chao Foriscot, através de requerimento com entrada no expediente geral desta autarquia sob o n.º 5173, datado de 19 de junho de 2018, visando a aquisição da **Parcela 1**, descrita na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 4515/20180625, inscrita na respetiva matriz sob o Artigo 3261-P, situada no "*Parque Empresarial de Chaves*", Campo Queimado, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, para efeitos de instalação de uma unidade empresarial de fabricação e comercialização de urnas funerárias. -----



2. ANTECEDENTES -----

2.1. O município de Chaves, como medida de incentivo à fixação de empresas no concelho, visando a defesa e dinamização da economia local, o combate à desertificação, o apoio à criação de emprego e o aumento da competitividade do concelho face aos municípios vizinhos e ao

litoral, aprovou em reunião de Câmara do dia 3 de fevereiro de 2017¹¹, a redução para 1€/m², o preço de venda dos lotes do Parque Empresarial de Chaves, concretamente do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves e Plataforma Logística de Chaves, a qual foi superiormente sancionada em sessão ordinária da assembleia municipal realizada no dia 15 de fevereiro de 2017. -----

2.2. Neste âmbito, através de Aviso publicado em 13 de março de 2017 foi aberto um procedimento público concursal, para Alienação/locação dos lotes integrados no Parque Empresarial de Chaves (Parque de Atividades de Chaves e Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega), o qual decorreu até 11 de setembro de 2017. -----

2.3. Face à resposta positiva dos agentes económicos privados a esta política de incentivo e mantendo-se plenamente válidos os pressupostos que motivaram a redução do preço/m² de venda dos lotes, o Município de Chaves, em reunião ordinária do dia 08 de fevereiro de 2018, deliberou aprovar o prolongamento do referido procedimento público concursal¹². -----

2.4. No âmbito deste procedimento, tendo o Município verificado uma procura crescente de lotes para fins industriais no nosso concelho, e tendo surgido manifestações concretas de interesse na aquisição de terrenos em áreas do Parque Empresarial de Chaves, que extravasam os limites físicos das operações de loteamento cujos lotes se encontram em hasta pública, o executivo municipal, em reunião de câmara do dia 3 de maio de 2018, nos termos da Informação/proposta nº 18/GNE/2018, deliberou aprovar a emissão de certidões para 5 parcelas de terreno que faziam parte da parcela sobrança do loteamento da Plataforma Logística de Chaves¹³ (alvará de loteamento nº 1/2007), autonomizando desta forma a Parcela A,B,C,D e E. -----

2.5. Como dessas 5 parcelas autonomizadas, face à disciplina dos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho de Chaves, concretamente no Plano Diretor Municipal de Chaves, apenas duas delas possuíam efetivamente capacidade edificatória (parcela A e parcela E), o executivo municipal, em sua reunião ordinária do dia 14 de junho de 2018¹⁴, deliberou aprovar uma operação de destaque a incidir sobre a Parcela A, resultando na autonomização de mais uma Parcela com aproveitamento urbanístico - Parcela 1. -----

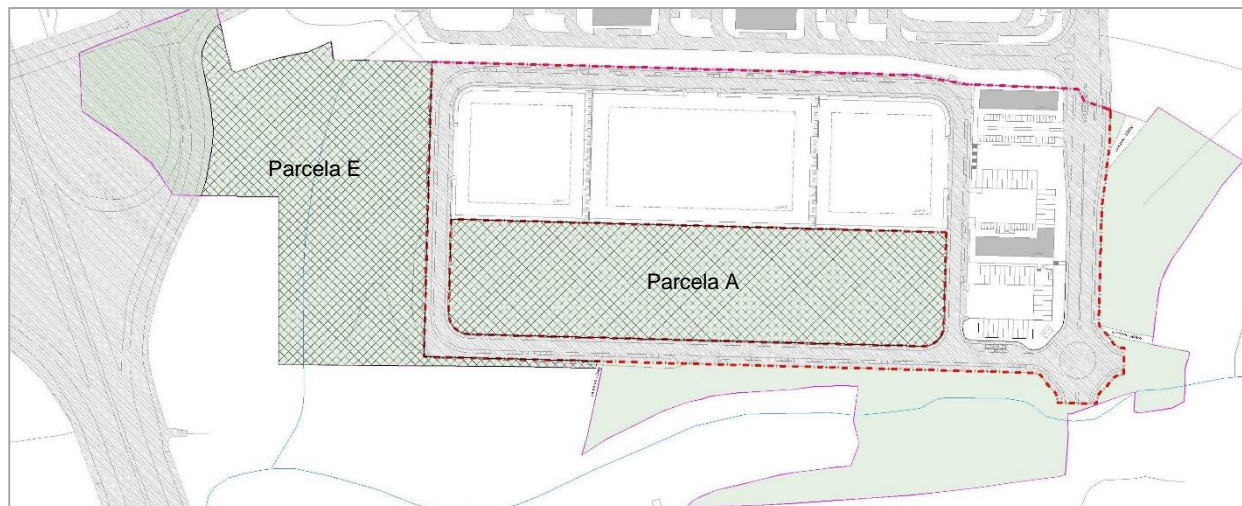
¹¹ Com base na Proposta nº 16/GAP/2017. -----

¹² Com base na proposta nº 6/GAP/2018, sancionada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 28 de fevereiro de 2018. -----

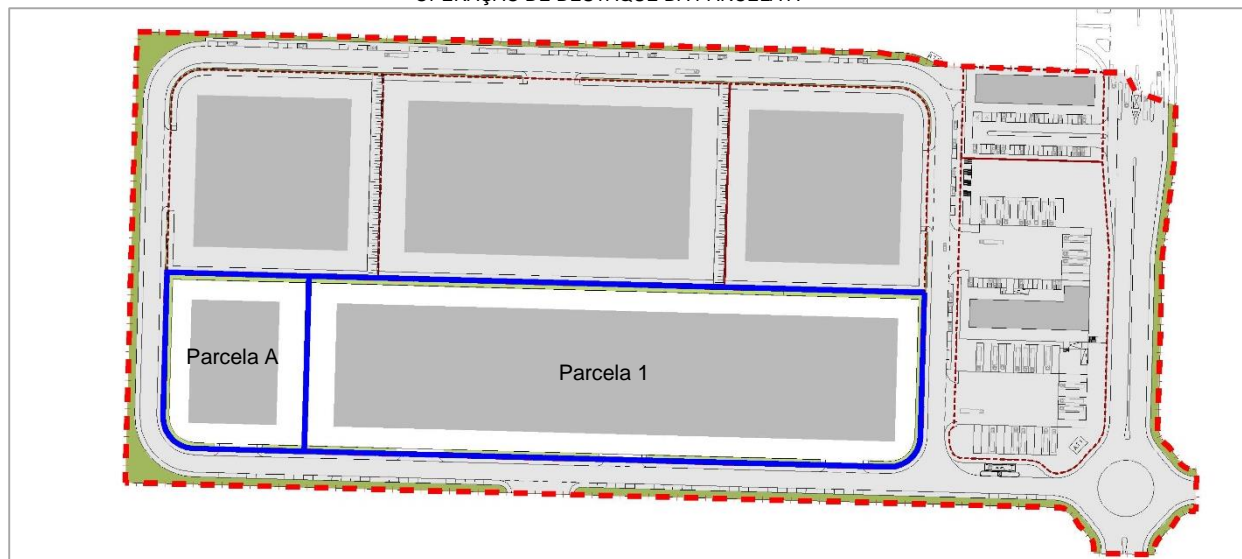
¹³ 5 parcelas de terreno, que faziam parte do prédio urbano inscrito na matriz predial da freguesia de outeiro seco sob o artigo 3231, descrito na Conservatória do registo Predial sob o nº 3401, inscrito a favor do Município de Chaves. -----

¹⁴ Com base na Informação/proposta da Divisão de Gestão e Ordenamento do território, datada de 8 de junho de 2018.

PARCELAS COM CAPACIDADE EDIFICATÓRIA



OPERAÇÃO DE DESTAQUE DA PARCELA A



2.6. Com base nesta operação de destaque, foram então constituídos os seguintes prédios urbanos: -----

➤ Parcela 1 - composta por parcela de terreno para construção, com área de 30.004,075m², situada em Campo Queimado, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4515/20180625, inscrita na respetiva matriz sob o artigo 3261-P; -----

➤ Parcela A - composta por parcela de terreno, com área de 6.879,075m², situada em Campo Queimado, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 450820180525, inscrita na respetiva matriz sob o artigo 3262-P;

2.7. Com a autonomização matricial e registral destas 2 parcelas, o executivo municipal, em reunião ordinária do dia 14 de junho de 2018¹⁵, sancionada em sessão ordinária da assembleia municipal de 27 de junho de 2018, deliberou aprovar a extensão material dos efeitos das deliberações dos órgãos municipais da Câmara e da Assembleia, datados de 8 e 28 de fevereiro, respetivamente, no que diz respeito ao valor de alienação de 1€/m² do solo, a estas duas parcelas criadas. -----

¹⁵ Tendo por base a proposta n.º 42/GAP/2018. -----

- 3. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----
- 3.1.** No âmbito do procedimento público concursal que está a decorrer para aquisição/locação de lotes no Parque Empresarial de Chaves (Loteamento do Parque de Atividades de Chaves e Loteamento da Plataforma Logística de Chaves), a empresa Mallat, Lda. veio através de requerimento com o nº 2746, de 29 de março de 2018, apresentar candidatura para alienação dos lotes nº 2 e nº 3 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, para efeitos de instalação de uma unidade empresarial de fabricação de urnas funerárias. -----
- 3.2.** Tal candidatura, em reunião de Câmara realizada no pretérito dia 28 de junho de 2018, com base no Relatório nº1 de Análise de candidaturas elaborado pela Comissão responsável pela liderança deste procedimento concursal, foi rejeitada liminarmente, uma vez violar as especificações do alvará de Loteamento, por se reportar a 2 lotes em simultâneo. -----
- 3.3.** Em 19 de junho de 2018, a empresa Mallat, Lda., tendo conhecimento da constituição da suprarreferida Parcela 1 no Parque Empresarial de Chaves, veio solicitar, através de requerimento com nº 7173, que a candidatura apresentada fosse reconduzida para a Parcela 1, uma vez que esta Parcela responde de forma mais satisfatória, aos requisitos necessários para o desenvolvimento da unidade empresarial que pretende instalar. -----
- 4. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO** -----
- 4.1.** Considerando que o executivo municipal estendeu os incentivos de apoio, referentes ao preço de venda dos lotes do Loteamento do Parque Atividades de Chaves e da Plataforma Logística de Chaves, estabelecido em 1€/m², para as parcelas que foram recentemente constituídas na parcela sobrança do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves (Parcela A e Parcela 1), tendo por base a Proposta nº nº42/GAP/2018, aprovada em reunião e Câmara do dia 14 de junho de 2018 e sancionada em sessão da assembleia municipal de 27 de junho de 2018 ; -----
- 4.2.** Considerando que na alínea b) dessa Proposta nº nº42/GAP/2018 é referido que *"a escolha do tipo de procedimento para alienação das parcelas em causa, atenta a defesa do superior interesse público municipal, venha a ser definida tendo em consideração o mérito e a oportunidade da decisão"*; -----
- 4.3.** Considerando que a justificação do alargamento desse incentivo, baseou-se no respeito do Princípio da igualdade de tratamento e da proporcionalidade e do Princípio da conexão material da localização das 2 parcelas em questão, com os Lotes do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, que, aliás, tiveram origem no mesmo prédio; ----
- 4.4.** Considerando que, para a alienação de lotes pertencentes ao Loteamento do Parque de Atividades de Chaves e ao Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, cuja localização é confinante com as duas parcelas criadas, está neste momento a decorrer um procedimento público concursal, o qual está regulamentado pelas respetivas *"Normas disciplinadoras"* em articulação com o *"Regulamento do Parque de Atividades de Chaves"*, *"Regulamento da Plataforma Logística Internacional do Tâmega"* e *"Regulamento de alienação e de locação de lotes do Parque de Atividades de Chaves"*; -----
- 4.5.** Considerando que para efeitos da escolha do tipo de procedimento a adotar para a alienação das 2 parcelas em causa, tendo por base os mesmos princípios que estiveram subjacentes ao estabelecimento do preço/m², ou seja, a conexão física existente entre estas duas parcelas e os lotes dos Loteamentos do Parque Empresarial de Chaves, estes serviços entendem que poderão utilizar-se, como referência, as regras

constantes nos Regulamentos que estão neste momento a ser aplicados no procedimento público concursal que está a decorrer; -----

4.6. Considerando que, nessa premissa, pese embora o n.º 1 do artigo 10.º do "Regulamento de Alienação e Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", refira que a "aquisição e ou locação de direitos sobre cada um dos lotes será feita mediante concurso público", o n.º 3 do mesmo artigo refere que "quando razões de interesse público relevantes o justifiquem, pode adotar-se o ajuste direto para a constituição de direitos sobre os Lotes"; -----

4.7. Por tudo o que foi referido, estes serviços entendem que a modalidade de procedimento a adotar para aquisição da Parcela 1 do Parque Empresarial de Chaves, poderá ser o ajuste direto, desde que a candidatura em causa consubstancie um projeto de "interesse público" e, dessa forma possa enquadrar-se nos pressupostos do estipulado no n.º 3 do art.º 10º do "Regulamento de Alienação e Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", em articulação com a alínea b) da Proposta nº n.º 42/GAP/2018, aprovada em reunião de Câmara do dia 14 de junho 2018 e sancionada em sessão da assembleia municipal de 27 de junho de 2018.¹⁶ -----

5. ANÁLISE DO INTERESSE PÚBLICO DA CANDIDATURA -----

5.1. Em vista à aferição do interesse público relevante do projeto de investimento apresentado pela empresa Mallat,Lda., procedeu-se à análise de mérito da respetiva candidatura, à luz das normas disciplinadoras que estão a ser seguidas no procedimento público concursal que está a decorrer. -----

5.2. Tal estratégia teve por base a garantia do cumprimento dos princípios da igualdade, imparcialidade, transparência e leal concorrência entre todos os interessados, comprovando que o pedido em causa, caso fosse apresentado no âmbito de um procedimento aberto, para adjudicação dos direitos de alienação/locação da Parcela, reunia os requisitos necessários para a adjudicação do direito de propriedade à citada empresa. -----

5.3. Assim, pela análise efetuada comprova-se que a referida empresa obtém uma pontuação de 15,44 valores (numa escala de 0 a 20), com um nível de projeto "Bom", em conformidade com os seguintes critérios de seleção: -----

FATORES A CLASSIFICAR	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA (0-20 PONTOS)	PONDERAÇÃO (%)	TOTAL
A- Viabilidade económico-financeira do projeto de investimento	11,25	15	1,69
B- Inovação: equipamentos, processos e produtos/serviços	15	15	2,25
C- Recursos humanos: manutenção/criação de postos de trabalho	20	10	2
D- Impacte ambiental	5	10	0,5

¹⁶ - n.º 3 do art.º 10º - "quando razões de interesse público relevantes o justifiquem, pode adotar-se o ajuste direto para a constituição de direitos sobre os Lotes"; -----

- alínea b) da Proposta nº n.º 42/GAP/2018 - "a escolha do tipo de procedimento para alienação das parcelas em causa, atenda à defesa do superior interesse público municipal, venha a ser definida tendo em consideração o mérito e a oportunidade da decisão". -----

E- Contratos/protocolos com fornecedores e clientes, evolução prevista e dimensão esperada	20	10	2
F- Forma de ocupação do lote (incluindo o logradouro)	10	10	1
G- Credibilidade do projeto	20	15	3
H- Avaliação global do projeto	20	15	3
TOTAL			15.44

5.4. Dos fatores analisados, são de destacar os seguintes: -----

- O número de postos de trabalho criados (19 postos de trabalho iniciais); -----
- O valor do investimento a realizar (1.100.851,00€ em infraestruturas (edifício) e 1.000.000,00€ em equipamentos de produção); -----
- A aquisição de pelo menos 50% de matérias-primas no mercado local, contribuindo significativamente para a dinamização da economia local e regional; -----
- A capacidade técnica e experiência de gestão da equipa responsável pelo projeto; -----
- A garantia expressa na candidatura, por parte da empresa interessada, de que irá cumprir todas as normas legais e regulamentares relativamente ao tratamento dos resíduos resultantes do processo de fabricação, referindo, inclusivamente, que o fará através de empresas especializadas, pelo que, se pode inferir não ser geradora de impactos ambientais negativos. Mesmo assim, no processo de licenciamento da unidade industrial em causa, caberá aos serviços/entidades competentes avaliar o projeto, por forma a garantir o cumprimento das referidas normas legais e regulamentares aplicáveis nesta matéria.

5.5. Face ao exposto, estes serviços formaram a convicção de que o projeto de investimento da empresa Mallat, Lda. para instalação de uma unidade de fabricação e comercialização de urnas funerárias na Parcela1, apresenta fatores significativos que poderão contribuir para a dinamização do Parque Empresarial de Chaves e de toda a económica local, podendo ser considerado de interesse público relevante para concelho e, por conseguinte, suscetível de justificar a adoção da modalidade de ajuste direto para a constituição de direitos sobre a parcela em causa, em substituição do regime geral estipulado (concurso público), demonstrando-se, por isso, comprovado o mérito e a oportunidade da adoção de tal modalidade. -----

5.6. Quanto ao valor de alienação da Parcela, o mesmo deverá ser de 1€/m2, em cumprimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 14 de junho de 2018, sancionada em sessão ordinária da assembleia municipal de 27 de junho de 2018. -----

6. PROPOSTA DE DECISÃO -----
 Em coerência com as razões de facto e de direito supra expostas, propõe-se superiormente a adoção da seguinte estratégia procedimental:
6.1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação administrativa, consubstanciada na alienação da Parcela 1 do Parque Empresarial de Chaves (descrita na Conservatória do Registro Predial sob o n.º 4515/20180625, inscrita na respetiva matriz sob o artigo 3261-P, localizada na freguesia de Outeiro Seco, no concelho de Chaves, com uma área de 30.004,075m²), à empresa Mallat,Lda,

representada por Maria Chao Foriscot, através de um procedimento de ajuste direto; -----

6.2. Que o valor de alienação de parcela em causa seja de 1€/m2, em cumprimento da decisão tomada na assembleia municipal realizada no pretérito dia 27 de junho de 2018; -----

6.3. Caso haja decisão nos termos preconizados, que sejam encetados os seguintes procedimentos: -----

6.3.1. A dispensa de audiência dos interessados, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo; -----

6.3.2. Proceder à notificação do interessado da decisão tomada, nos termos do artigo 114.º do CPA; -----

6.3.3. Encaminhar o processo para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para que tome as diligências necessárias à formalização da compra e venda da parcela em causa. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 19.07.2018 ----

1- - A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2- Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara para aprovação da proposta e da estratégia procedimental preconizada na mesma, ou seja: -----

2.1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação administrativa, consubstanciada na alienação da Parcela 1 do Parque Empresarial de Chaves (descrita na Conservatória do Registro Predial sob o n.º 4515/20180625, e inscrita na respetiv\la matriz sob o artigo 3261-P, localizada na freguesia de Outeiro Seco, no concelho de Chaves e com uma área de 30.004,075m2), à empresa Mallat,Lda, representada por Maria Chao Foriscot, através de um procedimento de ajuste direto; -----

2.2. Que o valor de alienação de parcela em causa seja de 1€/m2, em cumprimento da decisão tomada na assembleia municipal realizada no pretérito dia 27 de junho de 2018; -----

2.3. Caso haja decisão nos termos preconizados, propõe-se que sejam encetados os seguintes procedimentos: -----

2.3.1. A dispensa de audiência dos interessados, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo; -----

2.3.2. Proceder à notificação do interessado da decisão tomada, nos termos do artigo 114.º do CPA; -----

2.3.3. Encaminhar o processo para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para adotar as diligências necessárias à formalização do contrato. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 23.07.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 23.07.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. ESCOLINHA DE FUTSAL ARNALDO PEREIRA/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 31/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento: -----

1. Considerando que, mediante ofício, de 17/01/2018, veio a ser notificado o "**Escolinha de Futsal Arnaldo Pereira**", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, num total de 873,33€, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos;

2. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade; -----

3. Considerando que, o "**Escolinha de Futsal Arnaldo Pereira**", veio, mediante comunicação datada de 12/07/2018 manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, de forma faseada, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados; -----

II - Estratégia a adotar: -----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pelo "Núcleo de Atletismo de Chaves", num valor total atual, de 873,33€, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja autorizado o **pagamento em vinte (20) prestações, a liquidar até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida, acrescido de juros de mora vencidos, estes últimos a liquidar aquando da última prestação; -----

b) A falta de pagamento de uma prestação, implicará o vencimento de todas as prestações; -----

c) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

d) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação à "**Escolinha de Futsal Arnaldo Pereira** ", para conhecimento. -----

Chaves, 23 de julho de 2018 -----

A Chefe de Divisão Financeira -----

(Dr.ª Márcia Santos) -----

Anexo: listagem de valores em dívida -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 23.07.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 23.07.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. PARQUE DE ACTIVIDADES DE CHAVES. - VENDA DO LOTE A7. AUTORIZAÇÃO DE HIPOTECA. - REQUERENTES: O VALOR DO NOME, S.A. E IBERMIL, S.A. PROPOSTA Nº 56/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes -----

1 - A sociedade anónima "O Valor do Nome, Lda.", NIPC 508 419 620, com sede na Zona Industrial da Cocanha, Lote 31, Santa Cruz/Trindade, em Chaves, adquiriu, na precedência de procedimento concursal, o Lote A7, do loteamento denominado "Parque de Atividades de Chaves", situado na freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, atualmente composto por armazém de cave, rés-do-chão e 1º andar e logradouro, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o número 3365/20070131, inscrito na respetiva matriz sob o Artigo 3178, nas condições constantes do Regulamento de Alienação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves e das Normas do Procedimento de Alienação. -----

2 - O referido Lote A7 encontra-se registado a favor da referida sociedade pela Apresentação 246, de 2009/02/03. -----

3 - O financiamento do desenvolvimento do projeto industrial foi assegurado mediante recurso a financiamento bancário, garantido por hipoteca voluntária a favor da entidade credora, à data, o Banco Espírito Santo, S.A., e agora, por transmissão do crédito o Novo Banco, S.A., NIPC 513204016. -----

4 - Para o efeito, o executivo camarário em suas reuniões dos passados dias 29 de julho e 9 de outubro de 2008, autorizou a constituição, manutenção e execução judicial da hipoteca do Lote A7, para satisfação do crédito, a favor daquela entidade credora, no caso de vir a ocorrer reversão daquele Lote. -----

5 - Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços municipais nº 2018, DCG, E.G, 5358 27-06-2018, vieram as sociedades O Valor do Nome, S.A., NIPC 508 419 620 e Ibermill, S.A., NIPC 513 435 131, na qualidade, respetivamente, de futuras transmitente e adquirente, solicitar que o Município dê autorização, semelhante à anteriormente concedida para o Banco Espírito Santo, a favor do Banco Santander Totta, S.A., entidade bancária que irá financiar a aquisição, pela Ibermill, S.A., do referido Lote A7, nos termos do contrato de financiamento número 0032.00490575700, no que se refere à garantia da dívida contraída com a aquisição do prédio, enquanto o contrato de empréstimo se mantiver e de modo a assegurar o serviço da dívida. -----

6 - As requerentes informam que a pretendida transmissão do Lote A7, foi devidamente autorizada no passado dia 1 de fevereiro de 2018, por deliberação da direção da Flavifomento - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves, entidade gestora do Parque de Atividades, e que a mesma associação, também, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição pretendida pela Ibermill, S.A.. -----

II - Justificação -----

1 - Conforme decorre do teor da descrição predial do Lote A7, propriedade da sociedade O Valor do Nome, S.A., por aquisição a este Município, a titular inscrita procedeu à construção de um armazém industrial, composto de cave, rés-do-chão e primeiro andar, o qual se encontra inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves sob o artigo 3178. -----

2 - O referido prédio tem inscrita, a favor deste Município, a seguinte cláusula de reversão e as respetivas condições, nos termos previstos no contrato de aquisição e do Regulamento do Parque de Atividades de Chaves: -----

"A reversão dos lotes de terreno que integram o Parque de Atividades para a plena posse e propriedade da Entidade Promotora (Município de

Chaves), poderá ser decidida, pelo respetivo Órgão Executivo competente nos seguintes casos: -----

Um - Não cumprimento dos prazos de início e conclusão da operação urbanística de edificação no respetivo lote e início de atividade; --

Dois - Desconformidade do empreendimento com os projetos ou regulamentos aprovados ou com as normas legais que regulem as atividades respetivas; -----

Três - Cessação da laboração ou atividade , sem motivo justificado, por prazo superior a uma ano, ou não iniciar a atividade no prazo de noventa dias contados a partir do dia seguinte à concessão da autorização de utilização respetiva, ou não instruir o processo do pedido de autorização de construção , junto da Câmara Municipal, no prazo máximo de seis meses após a celebração do presente contrato; --

Quatro - Não pagamento ou não cumprimento dos prazos que forem estabelecidos para os demais encargos bem como a violação do disposto nos artigos vigésimo sétimo, vigésimo oitavo, vigésimo nono, e trigésimo do Regulamento do Parque de Atividades de Chaves. -----

Cinco - No caso de reversão por qualquer das razões referidas nos números anteriores, as benfeitorias realizadas ficarão a fazer parte integrante do lote, sem direito a qualquer indemnização. -----

Seis - As cláusulas de reversão acima exaradas gozam das seguintes exceções, aprovadas pelo órgão executivo municipal em suas reuniões de vinte e nove de julho e nove de outubro de dois mil e oito: -----

Um - Autorização da constituição, manutenção e execução judicial de hipoteca do Lote A7, nos termos do registo provisório acima identificado, a favor da instituição de crédito Banco Espírito Santo, S.A., financiadora da operação, nos termos do contrato de financiamento número três mil cento e oito barra dois mil e oito, para garantia da dívida contraída com a compra do aludido Lote e construção da unidade industrial; -----

Dois - Autorização da subsistência da hipoteca sobre o lote supra identificado, a favor do referido Banco, no caso de vir a ocorrer a reversão do Lote A7 a favor do Município de Chaves, designadamente por incumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento do Parque de Atividades por parte da sociedade compradora; -----

Três - Que, independentemente de execução judicial da hipoteca autorizada, se mantém plenamente válido e eficaz o direito de reversão, relativamente a terceiro adquirente do referido Lote, incluindo as prescrições urbanísticas, caso se verifiquem as condições de que depende o accionamento de tal figura, prevista no nº 1 do Artigo 36º do regulamento do Parque de Atividades e no nº 6 do Artigo 15º do Regulamento de Alienação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves (1ª Fase)". -----

3 - O executivo camarário não tomou, desde a aquisição do prédio pela sociedade O Valor do Nome, S.A. e até à presente data, qualquer deliberação no sentido de ser acionada a cláusula de reverão a favor do Município. -----

4 - É inegável que o desenvolvimento económico e a implementação de empresas e projetos industriais depende muito da concessão de crédito, que financie as respectivas iniciativas empresariais, e que tal financiamento pressupõe a prestação de garantias contratuais que assegurem a sua recuperação em caso de incumprimento. -----

5 - Neste contexto, mantêm-se inteiramente válidos os pressupostos que justificaram a concessão, pelo executivo camarário em 29 de julho e 9 de outubro de 2008, das exceções a favor do Banco Espírito Santo S.A., à cláusula de reversão, inscrita pela Apresentação 246, de 30/01/2009, no registo predial do aludido Lote A7, com a descrição número 3365,

da freguesia de Outeiro Seco, já com o conforto da construção da unidade industrial, pelo que se justifica que o pedido das requerentes seja atendido, ou seja, a subsistência de hipoteca a favor do Banco Santander Totta, S.A., caso ocorra a reversão da propriedade do Lote a favor deste Município. -----

III - Proposta -----

Em coerência com as razões acima invocadas e ao abrigo das competências cometidas ao órgão executivo, em matéria de direitos e obrigações patrimoniais previstas no anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: ---
Que seja deferida a pretensão formulada pelas peticionárias O Valor do Nome, S.A. e Ibermill, S.A., relativamente às condições de autorização da venda e constituição de hipoteca sobre o referido Lote, nos seguintes termos: -----

a. É autorizada a constituição, manutenção e execução judicial de hipoteca do Lote A7, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Outeiro Seco com o Artigo 3178º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 3365/20070131, a favor da instituição de crédito Banco Santander Totta, S.A., com sede na rua do Ouro, 88, 1100-063 em Lisboa, NIPC 500 844 321, financiadora da aquisição, do referido prédio pela Ibermill, S.A., para garantia da dívida contraída para a compra do aludido Lote e implementação da unidade industrial, e o mesmo seja dado como garantia desse crédito, enquanto o contrato de empréstimo se mantiver; -----

b. É, ainda, autorizada a subsistência da hipoteca sobre o lote supra identificado, a favor do referido Banco, no caso de vir a ocorrer a reversão do Lote A7 a favor do Município de Chaves, designadamente por incumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento do Parque de Actividades, por parte da futura adquirente, ora requerente; -----

b) Que, independentemente de execução judicial da hipoteca autorizada e da sua adjudicação ao citado Banco, se mantenha plenamente válido e eficaz o direito de reversão, relativamente a terceiro adquirente do referido Lote, incluindo as prescrições urbanísticas, caso se verifiquem as condições de que depende o acionamento de tal figura, previstas no nº1 do Artigo 36º do Regulamento do Parque de Actividades e no nº6 do Artigo 15º do Regulamento de Alienação de Lotes do Parque de Actividades de Chaves (1ª Fase); -----

c) Por fim, que seja dado conhecimento do teor da decisão administrativa que vier a ser praticada, às peticionárias, mediante a expedição das competentes notificações, nos termos do Artigo 114º do Código do Procedimento Administrativo. -----
Chaves, 23 de julho de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
Nuno Vaz Ribeiro -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

1. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LUGAR DE VENDA NO LOGRADOURO INTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 40/DSC/2018. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Eugénia Maria Vital dos Santos, contribuinte fiscal n.º 215 673 603, registada nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 10011, em 21.12.2017, relacionado com o pedido de um lugar de venda no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

Conforme n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), a atribuição de lugares de terrado, novos ou vagos, nos Mercados Municipais, far-se-á através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado por edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". -----

O procedimento referido no número anterior deve ser realizado com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para a pessoa cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais, ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária (cf. n.º 2 do artigo 22.º do RMM). -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O pedido formulado consubstancia o pedido de atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, para venda de azeitonas e tremoços. -----

A requerente ocupa atualmente o lugar 1, o qual pretende acumular com o lugar 2, cuja titular faleceu. -----

Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

A atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda no Mercado Municipal carece da autorização pelo executivo municipal, da abertura do procedimento de atribuição do direito de ocupação, e concretização do ato de adjudicação de tal direito. -----

Face ao exposto, o pedido de atribuição do direito de ocupação a título permanente de um lugar de venda, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, não poderá ser acolhido, devendo a requerente ser aconselhada, a aguardar por novo ato público. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de indeferir o pedido em concreto. -----

Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao mesmo vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º do CPA.

À Consideração Superior -----

Chaves, 09 de julho de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento EG 10011 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 16.07.2018 ----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 16.07.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 16/07/2018 -----

Concorde. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE DÍVIDA RELATIVA AO PAGAMENTO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DE TERRADO - E44, DA FEIRA SEMANAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 46/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Maria José Delgado Ferreira, contribuinte fiscal n.º 155 886 533, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 2023, em 06.03.2018, relacionado com a anulação de dívida relativa ao pagamento das taxas de ocupação de terrado - E44, da Feira Semanal de Chaves, de novembro de 2016 a fevereiro de 2018. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

Conforme n.º 117 do artigo 50.º do Regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária, os espaços de venda estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e respetiva tabela, em vigor no Concelho de Chaves. -----

No entanto, em casos de comprovada insuficiência económica de pessoas singulares, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário, o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM), no n.º 418 do artigo 24.º, prevê isenção ou redução das taxas. -----

Para o efeito, e no que concerne especificamente à análise do disposto no n.º 4, o pedido deverá ser acompanhado dos documentos definidos no n.º 919 do art.º 24.º do RLCTM: -----

17 Regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária -----

Art.º 50.º -----

1. Pela ocupação dos espaços de venda são devidas as taxas ----- constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município de Chaves. -----

18 Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais -----

Art.º 24º - Isenções ou reduções subjetivas -----

4. Em casos de comprovada insuficiência económica de pessoas singulares, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário, poderá também haver lugar à isenção ou redução das taxas. -----

19 Art.º 24º - Isenções ou reduções subjetivas -----

9. No que concerne especificamente ao disposto no n.º 4, o pedido mencionado no número anterior deverá ser acompanhado dos seguintes documentos: -----

a) Última declaração de rendimentos (IRS); -----

Última declaração de rendimentos (IRS); -----
 Declaração de rendimentos anuais auferidos emitida pela entidade
 pagadora. -----

Em suma, considera-se, por sujeito com comprovada insuficiência
 económica, para efeitos de concessão de isenção ou redução de taxas,
 nos termos do n.º 4 do artigo 24.º do RLCTM, e nos termos da lei sobre
 o apoio judiciário, aquele que, tendo em conta o rendimento, o
 património e a despesa permanente do seu agregado familiar, não tem
 condições objetivas para suportar pontualmente os custos de um
 processo. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O requerimento formulado consubstancia o pedido de anulação de dívida
 relativa ao pagamento das taxas de ocupação de terrado - E44, da Feira
 Semanal de Chaves, da qual a requerente é titular, com o valor mensal
 de 40,00€ (quarenta euros), de novembro de 2016 a fevereiro de 2018,
 o que perfaz um total de 640,00€ (seiscentos e quarenta euros). ----

Da análise das Declarações de IRS relativas aos anos de 2016 e 2017,
 conclui-se que a requerente sofreu uma redução nos seus rendimentos,
 na ordem dos 50%, mais concretamente de 16.792,30€ em 2016, para
 8.278,85€ em 2017. -----

Esta evidente redução de rendimentos estará diretamente associada ao
 facto da requerente ter sido diagnosticada com doença grave em setembro
 de 2016, e posteriormente submetida a cirurgia em março de 2017,
 conforme consta na "Nota de Alta de Internamento" do IPO, o que a
 impossibilitou de realizar feiras, sua única fonte de rendimentos.
 Apresenta ainda documento comprovativo de uma segunda intervenção a
 10.01.2018. -----

Todavia, esporadicamente, e sempre que possível, uma familiar da
 requerente terá realizado a feira, em seu nome, conforme confirmou o
 encarregado do Mercado Municipal, Manuel Sarmento. -----

Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes
 serviços emitem o seguinte parecer: -----

Comprovada a insuficiência económica da requerente, encontram-se
 reunidos, nos termos do n.º 4 do artigo 24.º do RLCTM, os pressupostos
 necessários para acolher o pedido de isenção da taxa de ocupação de
 terrado na Feira Semanal de Chaves, com efeito a partir de novembro
 de 2016 até fevereiro de 2018. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente
 informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia
 procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária
 do executivo municipal, com vista à obtenção da competente decisão
 administrativa, consubstanciada no deferimento da pretensão; -----

Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos
 termos do artigo 114.º do CPA, do sentido da decisão que vier a ser
 proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciado no
 deferimento do pedido de isenção da taxa de ocupação de terrado na
 Feira Semanal de Chaves, de novembro de 2016 a fevereiro de 2108; ---

Caso haja despacho favorável, deverá dar-se conhecimento da presente
 proposta à Divisão de Gestão Financeira; -----

Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos
 adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui Feira
 Semanal de Chaves, a informação relativa à isenção da taxa de ocupação,

b) Declaração de rendimentos anuais auferidos emitida pela entidade
 pagadora. -----

nos termos da presente informação/proposta, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 11 de julho de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento EG N.º 2023 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 16.07.2018 ----

Visto. Concordo. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 16.07.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 16/07/2018 -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 57/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Manuel José Pires Barros, contribuinte fiscal n.º 220 483 043, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 7098, em 11.09.2017, relacionado com o pedido de alteração do número de identificação fiscal do lugar de venda - loja n.º 12, por modificação da empresa Foto S. Neutel, de sociedade comercial para empresa em nome individual. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

Conforme n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves (RMM), salvo o disposto no número seguinte, o direito de ocupação dos lugares de venda é intransmissível. -----

Assim, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 9.º do RMM, poderá a Câmara Municipal autorizar a transmissão do direito de ocupação por motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso. -----

O pedido de transmissão do direito de ocupação deve ser acompanhado de requerimento fundamentado do seu titular, de documentos comprovativos dos factos invocados, bem como documento comprovativo do cumprimento das disposições legais aplicáveis para o exercício da atividade em nome do interessado na transmissão. -----

Todavia, o disposto nos números anteriores não determina qualquer alteração nos direitos e obrigações do direito de ocupação do espaço de venda a transmitir, designadamente, quanto ao respetivo prazo (cf. n.º 4 do artigo 9.º do RMM). -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O requerimento formulado consubstancia o pedido de alteração do número de identificação fiscal do lugar de venda - loja n.º 12, por modificação da empresa Foto S. Neutel, de sociedade comercial para empresa em nome individual. -----

Do processo de cadastro da loja n.º 12, consta o contrato de sociedade comercial por quotas, onde o requerente surge como sócio gerente da

firma "Foto S. Neutel", cuja atividade cessou, segundo registo do site da AT, a 31.12.2008. -----

Conforme documento anexo ao requerimento, a 26.12.2008, Manuel Jesus Pires Barros, apresenta "Declaração de Início de Atividade", na AT, para a mesma atividade exercida pela "Foto S. Neutel", mais concretamente "atividade fotográficas" e "comércio a retalho de materiais fotográficos". -----

Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

Considerando, que no caso em apreço, pese embora se registe uma substituição do sujeito titular do direito de ocupação da loja em questão, facto indissociável da transmissão de tal direito do seu titular originário, para a empresa em nome individual, entretanto criada por si, tal situação é passível de ser enquadrada na alínea d) do n.º 2 do artigo 9.º do RMM; -----

No que respeita às obrigações financeiras, não se encontram em dívida quaisquer montantes ao Município de Chaves; -----

O titular, caso se venha a deferir a pretensão, deverá manter os direitos e as obrigações da primitiva ocupação, bem como o ramo específico de atividade, "atividades fotográficas" e "comércio a retalho de materiais fotográficos". -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento da pretensão; -----

Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciada no deferimento do pedido de alteração do número de identificação fiscal do lugar de venda - loja n.º 12, para 220 483 043; -----

Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui o Mercado Municipal de Chaves, a informação de cadastro do lugar de venda - loja n.º 12, do Mercado Municipal de Chaves, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 09 de julho de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento EG7098 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 16.07.2018 ----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 16.07.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 16/07/2018 -----

Concorde. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. MANUEL JORGE PIRES FERNANDES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO SANTUÁRIO DA NOSSA SRA. DA APARECIDA, POVOAÇÃO DE SANJURGE, UNIÃO DE FREGUESIA DE SANJURGE E SANTA CRUZ TRINDADE, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 027/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7140/18, datado de 27-06-2018, em nome do Sr. Manuel Jorge Pires Fernandes, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Santuário da Nossa Sra. da Aparecida, Povoação de Sanjurge, União de freguesia de Sanjurge e Santa Cruz Trindade, deste concelho.---O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 15/08/2018-----

• 08:00 h - 23:00 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3. - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;-----

2. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pereira - Fogos de Artificio, Lda." (Declaração anexo ao requerimento).-----

3. A zona de lançamento do fogo-de-artifício caracteriza-se por área de plantação nova de carvalhos e o sub-coberto encontra-se devidamente limpo;-----

4. A envolvência da zona de lançamento apresenta as seguintes ocupações:-----

a. A norte deparamo-nos com o Santuário o qual se encontra isento de vegetação herbácea/arbustiva. A área florestal mais próxima dista 70 metros com perigosidade média;-----

b. A Este e Oeste o solo caracteriza-se por área de plantação nova de carvalhos. O sub-coberto caracteriza-se por vegetação herbácea de médio porte e densidade reduzida com perigosidade baixa. A área florestal mais próxima dista 60 metros com perigosidade média-alta;--

c. A sul deparamo-nos com a auto-estrada e o nó de acesso de baixa perigosidade.-----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo-de-artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo-de-artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pereira - Fogos de Artificio, Lda".-----
- Extracto da planta de ordenamento do Plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----

• Carta de perigosidade de incêndio florestal.-----

• Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 06/07/2018 -----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. RUI PAULO CASTANHEIRA ESPINHO. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO EM SÃO LOURENÇO, POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO, UNIÃO DE FREGUESIA DE EIRAS, CELA E SÃO JULIÃO DE MONTENEGRO. INFORMAÇÃO 028/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7188/18, datado de 27-06-2018, em nome do Sr. Rui Paulo Castanheira Espinho, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício em São Lourenço, povoação de São Lourenço, União de Freguesia de Eiras, Cella e São Julião de Montenegro.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----
Dia 09/08/2018-----

• 09:00 h - 24:00 h-----
Dia 10/08/2018-----

• 24:00 h - 02:00 h-----
• 08:00 h - 24:00 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

6. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2. - espaços agrícolas e subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN);-----

7. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "António Vieira e Filhos, Lda." (Declaração anexo ao requerimento).-----

8. A zona de lançamento do fogo-de-artifício caracteriza-se por área agrícola de baixa a muito baixa perigosidade conforme se constata pela carta de perigosidade em anexo;-----

9. A envolvimento caracteriza-se por área agrícola de muito baixa, baixa a média perigosidade. O Espaços florestais mais próximo distam a 261 metros.-----

10. Dada a elevada precipitação que se fez sentir irá haver forte desenvolvimento da vegetação herbácea e como tal requer a sua eliminação antes do lançamento;-----

11. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo-de-artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo-de-artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

6. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de

largura mínima não inferior a 200 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública; Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----

7. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

8. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

9. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

O Técnico Superior -----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "António Vieira e Filhos, Lda".-----
- Extrato da planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal.-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 06/07/2018 -----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. ALCIDES AUGUSTO REIGADA SÁ. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO AO LADO DO LARGO DE RORIZ, POVOAÇÃO DE RORIZ, UNIÃO DE FREGUESIA DE TRAVANCAS E RORIZ, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 036/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7680/18, datado de 06-07-2018, em nome do Sr. Alcides Augusto Reigada Sá, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício ao lado do Largo de Roriz, povoação de Roriz, União de Freguesia de Travancas e Roriz, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 04/08/2018-----

- 10:00 h - 10:30 h-----

Dia 05/08/2018-----

- 08:00 h - 00:00 h-----

Dia 06/08/2018-----

- 00:00 h - 03:00 h-----

- 08:00 h - 00:00 h-----

Dia 07/08/2018-----

- 00:00 h - 03:00 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

- O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

12. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3. - espaços agroflorestais e subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comuns;-----

13. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "A.M.-Pirotécnica, LDA." (Declaração em anexo).-----

14. A zona de lançamento do fogo-de-artifício caracteriza-se por área agrícola devidamente gerida e perigosidade Muito Baixa;-----

15. A zona envolvente caracteriza-se pela área agrícola lameiros de baixa carga combustível. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito a baixa perigosidade (carta em anexo). A área florestal mais próxima dista a 100 metros do local de lançamento);-----

16. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 120 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

10. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

11. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

12. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

13. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança aos espaços florestais, de forma a garantir a não ignição de fogos; -----

O Técnico Superior -----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "A.M.-Pirotécnica, LDA".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----

DESPACHO DO VEREADOR DE VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 16/07/2018-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. JOÃO MARCO ALVES DE OLIVEIRA. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO TERRENO CONFINANTE COM A SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS, POVOAÇÃO DE ÁGUAS FRIAS, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 037/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7753/18, datado de 09-07-2018, em nome do Sr. João Marco Alves de Oliveira, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício ao no terreno confinante com a sede da Junta de Freguesia de Águas Frias, povoação de Águas Frias, Freguesia de Águas Frias, deste concelho.---
O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 12/08/2018-----

- 00:00 h - 23:30 h-----

Dia 13/08/2018-----

- 00:00 h - 03:00 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

17. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3. - espaços agroflorestais e subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comuns;-----

18. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "A.M.-Pirotécnica, LDA." (Declaração em anexo).-----

19. A zona de lançamento do fogo-de-artifício caracteriza-se por área agrícola devidamente gerida e perigosidade Muito Baixa;-----

20. A zona envolvente caracteriza-se pela área agrícola. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito a baixa perigosidade (carta em anexo). A área florestal mais próxima dista a 130 metros do local de lançamento;-----

21. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

14. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 160 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

15. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----

16. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

17. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

18. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança aos espaços florestais, de forma a garantir a não ignição de fogos;-----

O Técnico Superior -----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "A.M.-Pirotécnica, LDA".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----

DESPACHO DO VEREADOR VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 16/07/2018-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. LICÍNIO AUGUSTO CRUZ GOMES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO AO LADO DO LARGO DO CRUZEIRO, POVOAÇÃO DE BUSTELO, FREGUESIA DE BUSTELO, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 040/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7838/18, datado de 11-07-2018, em nome do Sr. Licínio Augusto Cruz Gomes, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício ao lado do Largo do Cruzeiro, povoação de Bustelo, Freguesia de Bustelo, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 04/08/2018-----

- 08:00 h - 08:30 h-----

Dia 05/08/2018-----

- 01:00 h - 01:30 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

22. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3. - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;-----

23. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pereiras Fogos de Artifício, Lda." (Declaração anexo ao requerimento).-----

24. A zona de lançamento do fogo-de-artifício caracteriza-se por área de pousio. O sub-coberto caracteriza-se por vegetação herbácea de médio porte, a qual no período de lançamento se encontrará seca;-----

25. A envolvimento da zona de lançamento apresenta as seguintes ocupações:-----

a. - Na direcção Norte a Sudoeste deparamo-nos com terrenos agrícolas com perigosidade muito baixa a baixa;-----

b. - Na direcção Sudeste a Oeste o solo caracteriza-se por rede viária e a cerca de 200 metros área florestal com perigosidade média-alta.-----

c. - Na direcção Oeste a Norte deparamo-nos com solo urbano com perigosidade nula.-----

26. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo-de-artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

1. Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo-de-artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram: Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 320 metros, tendo em conta os calibres de fogo a lançar (declaração do pirotécnico) e as correspondentes distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----

- Declaração da firma "Pereira - Fogos de Artificio Lda."-----

- Extracto da planta de ordenamento do Plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----

- Carta de perigosidade de incêndio florestal.-----

DESPACHO DO VEREADOR VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 16/07/2018-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

9. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. RAÚL FERNANDO MORAIS MELO. LANÇAMENTO DE FOGO-DE- ARTIFÍCIO NO OUTEIRO DA SRA. ORADA, POVOAÇÃO DE SANTA CRUZ DA CASTANHEIRA, FREGUESIA DE SANFINS, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 044/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8513/18, datado de

17-07-2018, em nome do Sr. Raul Fernando Moraes Melo, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Outeiro da Sra. Orada, povoação de Santa Cruz da Castanheira, Freguesia de Sanfins, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 15/08/2018-----

• 08:00 h - 08:30 h-----

Dia 16/08/2018-----

• 01:00 h - 02:00 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento-----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

27. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.1. - espaços Florestais e subcategoria 4.1.A - espaços florestais comuns;-----

28. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Piroctecnia Carlos Artur Oliveira Lda." (Declaração em anexo).-----

29. A zona de lançamento caracteriza-se por solo isento de vegetação e da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de média perigosidade.-----

30. A zona envolvente ao local de lançamento caracteriza-se por área de média perigosidade.-----

31. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Piroctecnia Carlos Artur Oliveira Lda." (Declaração em anexo).-----

32. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Piroctecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

19. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 200 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

20. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----

21. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa.----

22. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

23. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança aos espaços florestais, de forma a garantir a não ignição de fogos.-----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pirotecnia Carlos Artur Oliveira Lda."---
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 20/07/2018-----

Visto. Concordo. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

10. REQUERIMENTO EM NOME DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL E RECREATIVA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO LARGO DA FESTA, BAIRRO DE SÃO JOÃO, POVOAÇÃO DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA, FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 045/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8531/18, datado de 17-07-2018, em nome da Sr. Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Cimo de Vila da Castanheira, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Largo da Festa, Bairro de São João, povoação de Cimo de Vila da Castanheira, Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 26/08/2018-----

- 08:00 h - 24:00 h-----

Dia 27/08/2018-----

- 00:30 h - 01:30 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento-----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

33. O local de lançamento do fogo, insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;-----

34. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Carlos Artur Oliveira" (Declaração em anexo).-----

35. A zona de lançamento caracteriza-se por solo isento de vegetação e da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito baixa perigosidade.-----

36. A zona envolvente caracteriza-se por área agrícola. A norte do local de lançamento, deparamo-nos com uma área de inculto ocupada por vegetação arbustiva de altura média de 120 cm e densidade moderada/elevada. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito baixa a baixa perigosidade e na direcção oeste a norte com área de alta a muito alta perigosidade (carta em anexo).---

37. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 200 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa.----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança aos espaços florestais, de forma a garantir a não ignição de fogos.-----

O Técnico Superior -----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Carlos Artur Oliveira".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 20/07/2018-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

11. REQUERIMENTO EM NOME SR. EDGAR PINTO RODRIGUES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE- ARTIFÍCIO NO LARGO DA FESTA, POVOAÇÃO DE DADIM, FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 046/GTF/2018.
Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8545/18, datado de 17-07-2018, em nome do Sr. Edgar Pinto Rodrigues, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Largo da Festa, povoação de Dadim, Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----
Dia 12/08/2018-----

- 07:00 h - 24:00 h-----

Dia 13/08/2018-----

- 00:01 h - 02:00 h-----

- 08:00 h - 24:00 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento-----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

38. O local de lançamento do fogo, insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns. De acordo com a carta de perigosidade a área de lançamento insere-se na classe baixa (carta em anexo);-----

39. A zona envolvente caracteriza-se por área agrícola: lameiros, souto e pousio. No limite das propriedades apresenta um cordão de árvores folhosas o qual no seu sub-coberto domina vegetação herbácea/arbustiva. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos, a cerca de 40 metros na Direção Sul, com uma área de Alta a Muito Alta perigosidade (carta anexo);-----

40. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Carlos Artur Oliveira." (Declaração em anexo).-----

41. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

24. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 160 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

25. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

26. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa.-----

27. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

28. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança aos espaços florestais, de forma a garantir a não ignição de fogos.-----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Carlos Artur Oliveira."-----

- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----

- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----

- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 20/07/2018-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

12. REQUERIMENTO EM NOME SR. AGOSTINHO AMARO DA COSTA. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO TERRENO JUNTO À CAPELA DA LAMA, POVOAÇÃO DE CASAS DE MONFORTE, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS DESTA CONCELHO. INFORMAÇÃO 047/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8647/18, datado de 19-07-2018, em nome do Sr. Agostinho Amaro da Costa, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Terreno Junto à Capela da Lama, povoação de Casas de Monforte, Freguesia de Águas Frias deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 11/08/2018-----

- 08:00 h - 10:00 h-----

- 21:00 - 22:00 h-----

Dia 12/08/2018-----

- 08:30 h - 09:30 h-----

- 12:00 h - 13:00 h-----

Dia 13/08/2018-----

- 00:00 h - 01:00 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento-----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

42. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2. - espaços agrícolas e subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN);-----

43. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pereira - Pirotécnica, LDA." (Declaração em anexo). -----

44. A zona de lançamento do fogo-de-artifício caracteriza-se por área agrícola. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de Baixa perigosidade (carta em anexo);-----

45. A zona envolvente caracteriza-se por áreas de cultivo e solo urbano apresentando baixa a muito baixa perigosidade. A cerca de 150 metros encontra-se uma área com média, alta e muito alta perigosidade.-

46. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

29. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo de artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior 320 metros tendo em conta os calibres de fogo a lançar (declaração do pirotécnico) e as correspondentes distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública;--

30. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

31. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

32. Abortar o lançamento do fogo de artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

33. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

O Técnico Superior -----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "PEREIRA-FOGOS DE ARTIFICIO, LDA".-----
- Extracto da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR DE VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 20/07/2018-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do n.º. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. --

 Usou da palavra, a Senhora Maria de Fátima Ribeiro, tendo manifestado o seu desagrado sobre o funcionamento do Hospital de Chaves. -----
 É sua convicção que o número de queixas, sobre o funcionamento do Hospital irá, no futuro, aumentar. -----

De seguida, usou da palavra o Senhor Manuel Leão, tendo lido e seguidamente apresentado, por escrito, junto do Presidente da Câmara, o seguinte requerimento: -----

Exmoº Sr. Presidente da Câmara de Chaves, Exmos. Srs. Vereadores. ---
 O evento "A Festa dos Povos", está em perigo, por diversas razões e motivos. -----

Os grupos espanhóis, que participam desde o primeiro ano deste evento, este ano não vão estar presentes, quer por culpa da empresa que organizou o evento (que segundo informações somente lhes pagou em junho deste ano 2018), quer por outros motivos atribuídos à organização local. -----

Constantemente tem sido feito um apelo à população para participar com a sua presença ... (trajados) -----

Desde o primeiro ano (2013) que o Presidente da Câmara e Vereadores, têm participado, pelo menos no acto inaugural... Aliás como é costume em outras localidades, nomeadamente em Lugo (Espanha) e Braga. -----

Assim sendo, como cidadão Flaviense, participante desde o primeiro momento, venho pedir ao Sr. Presidente da Câmara e Vereadores da autarquia, para neste ano cumprirem a tradição, com a sua presença, devidamente trajados. -----

Fazia igualmente um apelo aos organizadores do evento da "Festa dos Povos" para igualmente, participarem devidamente trajados. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - O Município de Chaves tem a situação financeira regularizada com todos os prestadores de serviços que participaram na Festa dos Povos de 2017. -----

2 - A situação descrita, pelo cidadão interveniente, deve ser resolvida no foro privado. -----

3 - É importante que a população flaviense participe na festa dos povos, evento relevante para a divulgação do património e para a promoção turística do Concelho. -----

4 - A recreação da história associada à festa dos Povos é feita por atores, figurantes e profissionais, sendo certo que este modelo se deve manter nesta nova edição da festa. -----

5 - No seu caso concreto, entende que não tem as condições adequadas tal protagonismo. -----

6 - Estará presente na abertura do evento, enquanto sinal de comprometimento com a própria festa, não estando, porém, trajado de imperador, magistrado ou cônsul romano. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

ⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. -----